



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Filosofia

Experiência e Linguagem em Locke

Reynaldo de Oliveira Santos

**Salvador
2007**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Filosofia

Reynaldo de Oliveira Santos

Experiência e Linguagem em Locke

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva

Salvador
2007

Termo de aprovação

Reynaldo de Oliveira Santos

Experiência e Linguagem em Locke

Dissertação aprovada, em ___/___/___, apresentada como requisito parcial para o grau de Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia, cuja banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores:

André Leclerc (UFPB)

Daniel Tourinho Peres (UFBA)

João Carlos Salles Pires da Silva (UFBA, Orientador)

**À Ellen, pelo nosso primeiro ano
À Hostalácio, pelos nossos muitos anos**

Agradecimentos

Permito-me aqui agradecer primeiro a meu orientador, parceiro e amigo, o Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva, a quem tanto respeito. Agradeço pelos ensinamentos, com seu exemplo de rigor e clareza, de como fazer filosofia com responsabilidade. Agradeço pela atenção e principalmente pela paciência comigo. Gostaria, aqui, de destacar apenas que, caso este trabalho venha a ter algum mérito, deve-se sobretudo a ele, pelo acompanhamento cuidadoso e esclarecedor; e os muitos erros decorrem de deficiências minhas, entre outras razões, por não ter absorvido a contento os seus ensinamentos; o que, entretanto, não afeta o brilho de sua reputação nem diminui a honra e o orgulho que tenho por ter sido por ele orientado.

Agradeço aos professores Daniel Tourinho Peres e Sílvia Faustino de Assis Saes por suas valiosas críticas no Exame de Qualificação. E aos membros da banca de defesa, pela leitura prévia deste trabalho.

Agradeço também ao apoio financeiro da FAPESB (Fundação de apoio à pesquisa e extensão do estado da Bahia), sem o qual a realização deste trabalho teria sido, sem dúvida, muito mais difícil.

SUMÁRIO

Introdução	09
1. A fonte das idéias	18
1.1 As idéias simples	25
1.2 As idéias complexas	38
2. A linguagem	42
2.1 A significação das palavras	47
2.2 Essência, abstração e termos gerais	63
3. Proposições Universais (certeza da verdade e certeza do conhecimento)	75
4. A natureza e os limites do conhecimento	80
Considerações Finais	92
Referências Bibliográficas	99

RESUMO:

Neste trabalho, nossa reflexão se volta ao tratamento da natureza, uso e significação da linguagem. Procuramos assim, na obra de Locke “*Ensaio sobre o Entendimento Humano*”, a chave para compreender como se desenvolve sua teoria da linguagem. Mesmo parecendo estranho ou anacrônico, nosso objetivo é argumentar a favor da plausibilidade da tese de que Locke desenvolveu uma teoria próxima do que hoje chamamos de teoria da significação, ainda que, em muitos casos, ele não esteja legislando sobre a linguagem, mas apenas a descrevendo. Afinal, Locke deseja não só explorar como uma linguagem é usada, mas também sugere a maneira pela qual podem ser fixados os critérios para uma utilização clara da linguagem.

Palavras-chaves: idéias, significação, linguagem.

ABSTRACT:

In this paper our reflection turns to the treatment of nature, usage and meaning of language. This way, in Locke's work "Essay on Human Understanding", we look for the key to understand how his theory of language is developed. Even though it looks strange or anachronistic, our aim is to argue in favor of the plausibility of the thesis that Locke developed a theory close to what we call today theory of meaning, even if, in many cases, he does not establishes rules about language, but only describes it. After all Locke wishes not only to explore how language is used, but he also suggests the way by which the criteria for clear usage of language can be set.

Key-words: ideas, signification, language.

“Quando *eu* uso uma palavra”, disse Humpty Dumpty num tom bastante desdenhoso, “ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos.”

“A questão é”, disse Alice, “se pode fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes.”

Lewis Carroll, *Alice através do Espelho*.

Introdução

Essa dissertação tem como objetivo examinar o tratamento da linguagem na teoria lockeana, suas teses sobre a natureza, o uso e a significação da linguagem. Argumentamos que, ainda que de forma incipiente, é possível identificar, em Locke, uma teoria da significação, apesar de a linguagem não ser um objeto estrito de reflexão, como hoje seria usitado. Ao contrário do que afirmam alguns dos comentadores de Locke, seus argumentos não conduzem necessariamente a um solipsismo, uma vez que reconhecem a generalidade e o caráter público como elementos indispensáveis à própria linguagem. Tentamos mostrar que, para Locke, as palavras, que compõem as proposições universais, são sinais de idéias gerais, de sorte que a linguagem responde a um fim social e, assim, se constitui em veículo de conteúdos e significados. Desse modo, a teoria das idéias em Locke está intimamente relacionada com a linguagem e, ao menos nesse sentido, “o uso comum” da palavra nos conduz a uma teoria da significação. Poder-se-ia, então, afirmar que, essa contribuição longínqua do século XVII, traz a novidade de demarcar limites do conhecimento e do entendimento humano mediante uma singular e forte relação entre pensamento, linguagem e conhecimento.

A obra de Locke *Ensaio sobre o Entendimento Humano*¹ apresenta a experiência como uma pedra de toque da reflexão. Nesta obra, ele se propõe examinar como se processa o

¹ Doravante mencionada apenas como *Ensaio*. As referências ao texto do *Ensaio* remetem ao *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, trad. Eduardo Abranches de Soveral, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, Vol. I e II, e seguem o procedimento usual: as duas primeiras séries de algarismos romanos indicando o “livro” e o “capítulo”, e os algarismos arábicos indicando o respectivo “parágrafo”. Sempre que necessário ou oportuno, cotejamos a tradução com o texto original *An Essay on the Human Understanding*, Peter H. Nidditch ed., Oxford: Clarendon Press, 1975, que é a edição definitiva das obras de John Locke.

conhecimento humano e defende que a experiência é a única fonte do conhecimento. Na introdução do *Ensaio*, afirma ser seu

propósito investigar qual é a origem, certeza e extensão do *conhecimento humano*, e quais são os fundamentos e graus da *crença*, da *opinião* e do *assentimento* (...) sendo suficiente considerar as faculdades cognitivas do homem e a forma como este as utiliza para conhecer os objetos com que entra em contato.²

Ao perscrutar os limites do entendimento humano, Locke desenvolve uma teoria do conhecimento que, em última instância, deriva dos sentidos, da experiência. O entendimento, que diferencia os homens diante dos outros seres sensíveis, não é algo da mesma ordem da sensação. “O entendimento, como o olho, que nos faz ver e perceber todas as outras coisas, não se observa a si mesmo; requer arte e esforço situá-lo a distância e fazê-lo seu próprio objeto.”³ Locke já antevê as dificuldades de situar nosso entendimento como seu próprio objeto de investigação, a busca do conhecimento.

A idéia de que chegamos ao saber através da experiência abriu, para Locke, o caminho para desenvolver o conjunto de seu sistema, que usualmente denominamos de empirismo. O empirismo lockeano⁴ considera que todo conhecimento tem sua fonte e fundamento na experiência. Locke chama de *idéias* aos materiais que a experiência proporciona ao entendimento. Idéia é tudo aquilo com que a mente se ocupa quando pensa. Com isso, estão na base do pensamento e são os materiais que a experiência proporciona ao entendimento.⁵ As idéias são assim nosso único ponto de contato com as coisas.

² *Ensaio*, introdução, §2; grifos do autor.

³ *Ensaio*, introdução, §1.

⁴ A posição de Locke neste ponto é *sui generis*. Apesar de muito desgastada, há algum fundo de verdade na imagem tradicional de que ele é o verdadeiro fundador do empirismo (empirismo clássico) – nosso conhecimento provém da experiência na medida em que versa apenas sobre idéias e estas provêm da experiência. Mas, ao mesmo tempo, seu empirismo comporta elementos racionalistas muito fortes e admite como legítimos, por exemplo, conhecimentos universais, que nada devem à indução ou à experiência.

⁵ *Cf. Ensaio*, II, I, 1.

A concepção lockeana parte de uma teoria do conhecimento que explica a origem das idéias por um processo que se inicia com a percepção das coisas através de nossos sentidos. O seu método consiste em determinar o valor e o alcance do conhecimento mediante o exame dos atos subjetivos da consciência. Ou seja, para se analisar criticamente o conhecimento, devemos tentar descobrir as estruturas do sujeito cognoscente. “Antes de tentar conhecer, devemos nos preocupar em estudar aquilo por meio de que nós conhecemos.” Em uma virada que tem sabor transcendental, indica ser preciso “desviar o olhar da coisa vista para o olho que a vê, das coisas conhecidas para o entendimento que as conhece”.⁶

O problema a que Locke deu prioridade foi o da origem do conhecimento, e ele pretendeu encontrar essa origem no sujeito cognoscente. Desta forma, sua filosofia começa pela epistemologia, ou seja, pelo conhecimento de nossas capacidades de conhecer. Toda posição epistemológica de Locke visa a determinar com precisão os limites de nosso conhecimento. Dentro dessa perspectiva, investiga as idéias que vão servir como interface entre o sujeito cognoscente e o mundo. As idéias fixariam os limites do conhecimento e, para além delas, o conhecimento simplesmente não poderia ser adquirido. Por outro lado, tampouco haveria idéias ou princípios inatos, restando a tarefa de mostrar como da experiência podem originar-se as diversas classes de idéias.⁷

As idéias são, assim, os únicos e indispensáveis meios com que a mente pode contar para adquirir seus conhecimentos acerca do mundo externo, para o acesso cognitivo à

⁶ Michaud, Ives, *Locke*, 1991, p. 73.

⁷ “Já que a mente, em todos os seus pensamentos e raciocínios, não tem outro objeto imediato senão suas próprias idéias, que só ela contempla ou pode contemplar, é evidente que o nosso conhecimento só trata delas.” (*Ensaio*, IV, I, 1.)

ordem das coisas. Entretanto, ele reconhece que, para proceder de forma satisfatória ao exame dos limites do entendimento humano, teria também que passar por uma análise da linguagem, que, segundo ele, tanto serve para registrar ou comunicar os conhecimentos.⁸ Nesse ponto, confessa:

quando vi a origem e a composição das nossas idéias e comecei a examinar a extensão e certeza dos nossos conhecimentos, verifiquei que elas tinham uma conexão tão estreita com as palavras que, a não ser que se observasse bem a força destas e como elas significam as coisas, muito pouco se poderia dizer claramente e de modo pertinente acerca do conhecimento que, tratando da verdade, tinha constantemente de se servir de proposições.⁹

Locke se interessava principalmente pelas idéias, mas a linguagem, que integra sua filosofia como uma questão inicialmente periférica, se transforma ao longo das suas investigações em uma teoria tão importante e central quanto à doutrina das idéias. Locke afirma que o exame dos nossos conhecimentos deve começar sempre pela crítica da linguagem, precisando o seu sentido. O projeto de investigação da natureza e limites do conhecimento não pode ser dissociado de uma pesquisa sobre o funcionamento da linguagem. Tratando do conhecimento humano, diz Locke, não podemos nos furtar ao exame das palavras e distinguir o entendimento das palavras do conhecimento das coisas.

Com a cautela que a extensa polêmica sobre sua obra suscita, nosso objetivo é, assim, argumentar a favor da tese de que, ainda que de uma forma incipiente, podemos identificar em Locke uma teoria da significação.¹⁰ Locke deseja não só explorar como uma linguagem é usada, mas também sugere a maneira pela qual se podem fixar os critérios para uma utilização clara da linguagem. “His philosophy of language has normative force: he wishes to explore not only *how* language is used but also how it

⁸ Cf. *Ensaio*, III, II, 2.

⁹ *Ensaio*, III, IX, 21.

¹⁰ Cf. *Ensaio*, III, III, 11.

should be used".¹¹ Parece-nos que Locke busca não uma explicação para o fenômeno da linguagem, mas uma compreensão do uso cotidiano dos termos. Daí, sua atenção em relação ao aprendizado lingüístico.

Essa dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos. No primeiro, intitulado, "A fonte das idéias", é apresentada a doutrina lockeana das idéias, tema central de sua filosofia e que serve como introdução e suporte para os demais capítulos. Devido à estreita conexão, demarcada por Locke, entre as idéias e as palavras e a relação tão constante entre as nossas idéias abstratas e os termos gerais,¹² julgamos conveniente, nesse capítulo, apresentar a teoria das idéias, reconhecendo sua função vital dentro da economia do *Ensaio*. A teoria das idéias está intimamente relacionada com a linguagem, porque segundo Locke, "palavras significam idéias".

No segundo capítulo, "A linguagem", centro de nosso trabalho, buscamos descobrir a solidariedade solicitada por Locke, entre as idéias e as palavras e explicitamos o tratamento dispensado por ele à natureza, uso e significação da linguagem. Neste capítulo, pretendemos mostrar que as pessoas só aprendem as palavras, e só se servem delas no diálogo com os outros, para poderem ser compreendidas; isto apenas se pode fazer quando, pelo uso ou por mútuo consentimento, o som que eu formo com a ajuda dos órgãos da voz desperta no espírito de um outro que o escuta a mesma idéia que pretendo transmitir-lhe quando pronuncio.¹³ O homem por ser destinado a viver em sociedade, produziu a linguagem para se comunicar. Na sua relação com os outros, os indivíduos partilham, através das palavras, conhecimentos, opiniões e crenças. Além disso, não é suficiente que os homens tenham idéias determinadas e as façam

¹¹ Ott, Walter, *Locke's philosophy of language*, 2004, p. 2; grifos do autor.

¹² Cf. *Ensaio*, II, XXXIII, 19.

¹³ Cf. *Ensaio*, III, III, 3.

representar por sinais; deverão ainda ter o cuidado de aplicar às suas palavras, tanto quanto possível, às idéias a que “o uso comum” as ligou.¹⁴ São os argumentos do “uso comum” da palavra que nos permite identificar em Locke uma teoria pública da linguagem, ou seja, uma teoria da significação. É precisamente porque o indivíduo não está separado dos outros que tem necessidade da linguagem, é porque a linguagem responde a um fim social de comunicação que ela não é privada.

“É para possibilitar o uso das palavras gerais que a mente faz das idéias particulares, idéias gerais, cujos nomes serão, então, nomes gerais.”¹⁵ Uma idéia se torna geral por abstração, sem que seja necessário que a esta idéia corresponda mais de uma coisa. “As palavras permitem tornar públicas e comunicar as idéias, permitem também formar categorias gerais”.¹⁶ Nosso conhecimento, embora fundado em coisas particulares, se estende a pontos de vista gerais, que só se podem formar reduzindo as coisas a certas espécies sob nomes gerais. Para Locke não há possibilidade de identificar uma espécie simplesmente por referência a paradigmas individuais, dado que falar sobre uma essência já supõe uma classificação. Neste ponto, identificamos a distinção lockeana entre “essências reais e essências nominais” e constatamos que para ele, o discurso significativo sobre uma essência real é sempre relativo a uma essência nominal. Conseqüentemente, palavras não podem ser usadas para nomear diretamente essências específicas no mundo, e a definição de um termo não pode ser nada além do desempacotamento de uma concepção humana, uma idéia abstrata formada com base em semelhanças observadas. A abstração separa a particularidade de alguma idéia de seu papel representativo como padrão para classificar existências reais em tipos ou gêneros.

¹⁴ Cf. *Ensaio*, III, XI, 11.

¹⁵ *Ensaio*, II, XI, 9.

¹⁶ Michaud, Ives, *Locke*, 1991, p. 74.

A teoria lockeana da linguagem é, em sentido restrito, uma teoria das palavras gerais. O princípio de que nos valem como fio condutor de nossa argumentação é a afirmação de Locke de que “as palavras são gerais, sempre que as usamos como sinais de idéias gerais; o que faz com que possam ser indiferentemente aplicadas a várias coisas particulares, e as idéias são gerais quando são estabelecidas como representantes de muitas coisas particulares.”¹⁷ Deste modo, ter qualquer idéia geral não demonstra que tenhamos todos os objetos presentes em nossas mentes. Isto só se deve a necessidade de considerar em que consiste a universalidade, a qual não é mais que uma representação abstrata dos particulares. Qualquer coisa que existe é particular, não pode ser de outra maneira; porém o que é particular em existência pode ser universal em representação. “Aquilo a que chamamos geral e universal não pertence à existência real das coisas, mas é obra do entendimento que assim procede para seu próprio uso, e que apenas se reporta a sinais, sejam palavras ou idéias”.¹⁸ As chamadas idéias universais não são senão simples generalizações da experiência, e o que se tem considerado como necessárias e universais é puro convencionalismo lógico ou hábito mental. Aqui, nós enfrentamos o “problema dos universais” e, esclarecemos a questão de como, na teoria lockeana, os termos gerais adquirem significados.

No terceiro capítulo, “Proposições universais - certeza da verdade e certeza do conhecimento”, analisamos a natureza e o status das proposições universais, onde uma vez mais, notamos a força marcante da linguagem no plano do conhecimento, pois, para Locke, todo conhecimento consiste em proposições. A verdade radica exclusivamente nas proposições. O fundamento da verdade está na relação que existe entre nossas

¹⁷ *Ensaio*, III, III, 11.

¹⁸ *Ensaio*, III, III, 11.

idéias; e, se as idéias, cujo acordo ou desacordo percebemos, são abstratas, o nosso conhecimento é universal. O conhecimento, que é o nível mais elevado das faculdades especulativas, consiste na percepção da verdade das proposições afirmativas ou negativas. Não haveria verdade ou falsidade se não se formulasse nenhuma proposição, e esta só pode ser expressa por palavras. Desta forma tentamos mostrar que, as palavras que compõem as proposições são, na verdade, o veículo de conteúdos ou significados.

No quarto capítulo, “A natureza e os limites do conhecimento”, procuramos estabelecer as relações entre pensamento, linguagem e conhecimento, e mostrar porque Locke entende ser impossível definir os limites do entendimento humano sem considerar a força e as funções específicas da linguagem no plano do conhecimento. A linguagem tanto serve para registrar como para comunicar os conhecimentos e Locke admite que se não tivesse considerado a força e as funções positivas e negativas que ela exerce no plano cognitivo, não teria concluído de forma satisfatória o exame dos limites do entendimento humano. “A consideração das idéias e palavras como grandes instrumentos do conhecimento constitui uma parte nada depreciável da contemplação de quem pretende ver em toda a sua extensão o conhecimento humano.”¹⁹ O conhecimento consiste na percepção da verdade das proposições afirmativas e negativas e a linguagem tem por objetivo favorecer o progresso e a difusão do conhecimento. Para Locke, “a fala é o grande elo que une a sociedade, e o canal comum por meio do qual os progressos do conhecimento são levados de um homem para outro e de uma geração para outra”.²⁰ Analisamos aqui o papel fixador da linguagem no plano do conhecimento, que embora fundado sobre as coisas particulares, não progride senão pelas concepções gerais.

¹⁹ *Ensaio*, IV, XXI, 4.

²⁰ *Cf. Ensaio*, III, XI, 1.

O conhecimento é, de fato, menos extenso do que se pensa. Em contrapartida, Locke reconhece a importância da probabilidade. Locke ao analisar o conhecimento, revela seus fundamentos e sua constituição, ao mesmo tempo em que delinea seus limites. “Há, sempre, para ele, uma parte incognoscível, uma região da mente em que a análise não pode se aventurar.”²¹

1. A fonte das idéias

²¹ Tadié, Aléxis, *Locke*, 2005, p. 148.

Desde o seu surgimento o *Ensaio* tem despertado o interesse em torno do conceito de *idéia*. Muitas dificuldades, algumas reais, outras imaginárias, giram ao redor do uso de Locke da palavra *idéia*. Em sua introdução do *Ensaio*, Locke se desculpa com o leitor pelo uso e abuso que ele fará desta palavra, e neste momento ele define *idéia* como sendo “o termo que, a meu ver, melhor designa tudo o que possa ser *objeto* do entendimento quando um homem pensa, com ele significarei o que poderia ser expresso com as palavras *fantasma, noção, espécie, ou o que quer que o espírito utilize para pensar*”.²² Como observa Michaud²³, “cada um desses termos tem seu peso: dizer fantasma significa que sensações, imaginações, imagens e lembranças são idéias. Falar de noções significa que os conceitos também são idéias. Enfim, espécie, isto é, tecnicamente, espécie sensível e espécie inteligível, significa que as imagens comuns aos objetos e o que a inteligência concebe sobre eles abstratamente são também idéias”.²⁴ De modo geral, “idéias” são aquilo com que a mente se ocupa quando está pensando. “A respeito deste ponto central é impossível obter de Locke uma resposta clara. Com o termo “idéia”, ele declaradamente quer dizer quase qualquer que se possa escolher”²⁵.

Em outra passagem Locke nos diz que “perguntar em que *momento* um homem começa a ter idéias é o mesmo que perguntar quando começa a perceber; com efeito, *ter idéias e perceber é a mesma coisa*”.²⁶ Bennet aproveita este registro e denuncia como ele vê, esse duplo uso de “idéia”. Ele diz: “If the two passages seem to conflict violently, recall

²² *Ensaio*, introdução, p. 27; grifos do autor.

²³ Não propomos aqui resumir ou apresentar todas as tradições interpretativas da idéia de “idéia” lockeana, mas simplesmente indicar a diversidade das opiniões que Locke foi capaz de produzir entre os comentadores recentes.

²⁴ Michaud, Ives, *Locke*, 1991, pp. 74-75.

²⁵ Warnock, Geoffrey, *Berkeley*, Harmondsworth: Penguin, 1953, p. 64; citado por Hacking, Ian, *Por que a linguagem interessa à filosofia?*, 1999, p. 34.

²⁶ *Ensaio*, II, I, 9; grifos do autor.

that Descartes, by whom Locke was much influenced, was prepared to use “think” to cover mental going-on of any sort at all. Taken together, these two passages have the effect of stretching “think” in one direction and “perceive” in the other; and Locke’s willingness to make these stretches is fundamental to his thought”²⁷.

Para Bennet, este duplo uso de “idéia” não é uma mera inconveniência terminológica; ele encarna o erro substantivo de Locke (e de outros da tradição empirista), “of assimilating the sensory far too closely to the intellectual”²⁸.

Armstrong por seu lado entende que Locke usa a palavra “idéia” de uma forma extraordinariamente variada. Ela cobre pelo menos: a) percepções sensoriais (impressões dos sentidos); b) sensações corporais (coisas como dores ou cócegas); c) imagens mentais; d) pensamentos e conceitos. E conclui que, o uso de uma palavra para cobrir essa classe heterogênea de coisas leva Locke a todo tipo de erro.²⁹

A definição do termo idéia e de seu uso são evidentemente ambíguos dentro da teoria de Locke. Como notou Yolton, “talvez não haja nenhuma exposição claramente consistente de idéias no *Ensaio*”.³⁰ Para Yolton, as idéias não são objetos particulares, independentes de sua percepção pela mente. As idéias lockeanas, tal como Yolton as analisa, correspondem simplesmente ao conteúdo do pensamento, ou seja, são objetos intencionais, e não entidades independentes. A idéia pode ao mesmo tempo referir-se ao processo de pensamento ou a seu objeto. Segundo Yolton, os comentadores de Locke

²⁷ Bennett, J., *Locke, Berkeley, Hume: Central Themes*, 1971, p. 25. Nas páginas seguintes (26-30), encontramos exemplos detalhados da interpretação de Bennet do que seria o erro de Locke ao fazer um duplo uso de “idéia”.

²⁸ Bennett, J., *Locke, Berkeley, Hume: Central Themes*, 1971, p. 25.

²⁹ Armstrong, David, *Berkeley’s Philosophical Writings*, New York: Collier, London: Collier-Macmillan, 1965, p.8; citado por Hacking, Ian, *Por que a linguagem interessa à filosofia?*, 1999, p. 34.

³⁰ Cf. Yolton, John W., *Dicionário Locke*, 1996, pp. 119- 123.

concentraram-se na característica representativa das idéias, encontrando nessa característica razões para dizer que, na concepção de Locke, o nosso conhecimento de objetos é indireto, que aquilo que conhecemos imediatamente ou de que temos uma percepção imediata são idéias, não coisas.

No prefácio da IV edição do *Ensaio*, Locke insiste na conexão da idéia com a palavra. “Escolhi esse termo”, diz ele, “para designar, em primeiro lugar, todo objeto imediato do espírito, que ele percebe, tem à sua frente e é distinto do som que ele emprega para servir-lhe de signo; em segundo lugar, para mostrar que essa idéia assim determinada, que o espírito tem em si mesmo, conhece e vê em si mesmo, deve estar ligada sem mudanças àquele nome, e aquele nome deve estar ligado exatamente àquela idéia”.³¹ Estas observações permaneceram como fundamento dessa noção que, nesse aspecto, acabou por identificar-se com a noção de representação. Sua posição de que a mente não percebe nada fora de suas próprias idéias, estabelece o problema que tem que superar a teoria representativa da percepção; sua posição de que as palavras representam idéias concentra em uma frase tanto o que é correto como o que não é em sua teoria do significado.

Na interpretação de Ayers, “em um sentido, “idéias” são conceitos, ou modos de conceber coisas, mas também são objetos do pensamento, “conceitos” no sentido antiquado de “coisas tal como concebidas”, ou aspectos de coisas tais como capturados no pensamento”.³²

³¹ *Ensaio*, carta ao leitor, p. 19.

³² Cf. Ayers, Michael, *Locke*, p. 13.

Tadié tem também uma interpretação parecida. Segundo ele, “Locke, assim como Descartes antes dele, utiliza a palavra *idéia* para designar o objeto do pensamento, isto é, o resultado da operação mental e, ao mesmo tempo, a própria operação mental.”³³

Segundo Mackie, Locke usa a palavra *idéia* de uma maneira tão ampla e, como ele mesmo admite tão descuidada, que sua mera aparição o compromete com muito pouco.

As idéias algumas vezes são os conteúdos de experiências sensoriais, dos quais nos tocamos imediatamente quando estamos de fato percebendo as coisas através dos sentidos, e também quando, na *reflexão*, nos tocamos introspectivamente de nossos sentimentos e pensamentos; porém também são objetos da memória e da imaginação, são o que usamos quando pensamos sobre coisas que não estão diante de nós; também abarcam o que poderíamos chamar conceitos; e Locke nos adverte explicitamente que algumas vezes fala de idéias quando se refere melhor a qualidades ou coleções de qualidades das quais podemos ter idéias.³⁴

Notamos que são diversas as interpretações dos comentadores em relação às idéias lockeanas. Apesar da variedade de significados que Locke dá ao termo *idéia*, ela parece não ter conseqüências decisivas para sua teoria do conhecimento. Locke se desculpa do “largo espectro semântico que ele imprime a este termo – amplidão de espectro que significa, antes de tudo, *pacificar* o conceito, *i.e.*, evitar de ferir susceptibilidades teóricas em confrontos acerca de questões irrelevantes para o debate, numa palavra: fazer com que “idéia” seja “easily” aceita”.³⁵ Assim, Locke parece consciente das deficiências da definição deste termo, que se supre, em grande medida, com a remissão de todo conhecimento à experiência.

Locke desenvolve o seu plano de investigação procurando esclarecer inicialmente o problema da origem das idéias, isto é, de como elas aparecem em nosso espírito. Ele dedicou todo o livro I do *Ensaio* à justificação de seu pressuposto de que não há idéias e

³³ Cf. Tadié, Aléxis, *Locke*, 2005, p. 92.

³⁴ Mackie, J. L., *Problemas en torno a Locke*, 1988, pp. 11-12.

³⁵ Ferraz Neto, Bento Prado de Almeida, *Estrutura e gênese da teoria lockeana da abstração*, 1996, p. 12.

nem princípios inatos. Ele procura demolir criticamente a doutrina do inatismo das idéias e dos princípios. Para os propósitos de sua crítica, Locke considera primordialmente esta doutrina como uma hipótese empírica sobre como chegamos a possuir certas partes do conhecimento, e não como uma tese epistemológica de porque certos princípios são partes do conhecimento. Sua argumentação tende a demonstrar que não há bases adequadas para crer na hipótese de que há alguns princípios inatos.

As objeções levantadas não são objeções de princípio – não se procura mostrar que a tese inatista seja inconsistente, nem se deduz do conceito de conhecimento sua incompatibilidade com uma origem empírica – mas sim objeções de fato. Não é no terreno do conceito, mas no das evidências empíricas que Locke arma seu confronto com o inatismo, tentando mostrar que estas, longe de o sustentarem, tendem a infirmá-lo.³⁶

Locke oferece a demonstração da inexistência de idéias e princípios inatos, sejam especulativos ou práticos, e nesta medida prepara o terreno para a investigação no livro II, de como as idéias são adquiridas e aparecem no espírito humano. Vale observar que Locke entende por “inato” aquilo que esteja presente na consciência, como objeto manifesto do pensamento, desde o nascimento: certas noções e princípios “... os quais estariam impressos na mente do homem, cuja alma os recebera ao ser criada e trazido com ela para este mundo.”³⁷ O sentido geral da sua argumentação consiste na prova de que, embora seja inata a capacidade humana de conhecer idéias e princípios especulativos e práticos, estes mesmos não seriam inatos, mas adquiridos, passíveis de representação e conhecimento pelo exercício gradativo daquela faculdade. O peso de sua argumentação se concentra no capítulo II do livro I, onde fala contra a existência de princípios especulativos inatos. Seu ataque se apóia em uma série de pontos críticos dirigidos contra o argumento do consenso universal e conclui que a origem das idéias e dos princípios não está em uma propriedade inata, mas na percepção.

³⁶ Ferraz Neto, Bento Prado de Almeida, *Estrutura e gênese da teoria lockeana da abstração*, 1996, p. 9.

³⁷ *Ensaio*, I, I, 1; *Cf. Ensaio*, I, I, 2.

Supor que existem idéias inatas e fazer delas o ponto de partida do conhecimento é, no entender de Locke, o mesmo que construir uma teoria e depois procurar uma realidade que a ela se ajuste. Para Locke, quem não quiser andar enganado deve construir explicações para os fatos e isso significa fazer depender o conhecimento da experiência.

Após negar a existência de idéias inatas, Locke se propõe em seguida a examinar de onde o entendimento pode tirar todas as idéias que possui e por que vias e graus elas podem entrar na mente. Para tanto, ele invoca a observação e a experiência de cada um. No livro II do *Ensaio*, Locke examina a origem das idéias e suas diversas espécies. Em uma célebre passagem do *Ensaio*, Locke propõe que a mente seja considerada uma tabula rasa, sem qualquer caráter nela impressa, vazia de idéias e conclui que o homem chega às idéias e que obtém os materiais da razão e do conhecimento unicamente a partir da experiência. Segundo ele, o fundamento de todo conhecimento, deriva em última instância da experiência.³⁸

Esta fonte, a experiência, que fornece à nossa mente a matéria de todos os seus pensamentos é dupla e Locke as designa como *sensação* e *reflexão*. Para Locke, a experiência é tanto a sensação como a reflexão e ambas são igualmente legítimas como fonte das idéias. Mas as idéias podem chegar à nossa mente de diferentes modos: através de um único sentido, por mais de um sentido, unicamente pela reflexão e por todas as vias da sensação e da reflexão.³⁹

São, portanto, as observações que fazemos sobre os objetos exteriores e sensíveis ou sobre as operações internas da nossa mente, de que nos apercebemos e sobre as quais

³⁸ Cf. *Ensaio*, II, I, 2.

³⁹ Cf. *Ensaio*, II, III, 1.

nós próprios refletimos, que fornecem à nossa mente a matéria de todos os seus pensamentos. Os objetos externos fornecem à mente as idéias das qualidades sensíveis que são todas essas diferentes percepções por elas produzidas em nós; e a mente fornece ao entendimento as idéias das suas próprias operações. A primeira capacidade do entendimento humano consiste em que a mente está apta a receber as impressões que nela produzem quer os objetos exteriores por meio da sensação, quer as suas próprias operações quando sobre elas reflete.⁴⁰

Locke observa ainda, no que diz respeito às idéias que temos, “que algumas delas são *simples* e outras *complexas*”,⁴¹ sendo as últimas derivadas das primeiras. As idéias simples podem ser idéias da sensação, da reflexão, ou de ambas; as complexas, por sua vez, se dividem em idéias de modos (simples e mistos), de relações e de substâncias.

Todas as nossas idéias simples não chegam à mente a não ser pela sensação e pela reflexão e, uma vez que a mente as possua, pode repeti-las e compô-las de diversas maneiras e assim produzir idéias complexas.

1.1 As idéias simples

As idéias simples, que para Locke são o material de todo nosso conhecimento, são as idéias que são impressas na mente pelos sentidos e pela reflexão, as idéias originais na recepção das quais o entendimento, segundo ele, é meramente passivo.⁴² A idéia

⁴⁰ Cf. *Ensaio*, IV, I, 23.

⁴¹ Cf. *Ensaio*, II, II, 1.

⁴² Cf. *Ensaio*, II, II, 2.

simples é aquela que, sendo em si mesma não-composta, não é distinguível em idéias diferentes. Embora possa aparecer associada a outras, uma idéia simples é uma aparência uniforme e inalisável, que o espírito não pode recusar, modificar, nem fabricar.⁴³ A mente não tem poder para produzir idéias simples; ela é completamente passiva em relação às suas idéias simples.

A realidade de toda idéia simples – da sensação como da reflexão – depende de início da atualidade de uma percepção particular que como tal “é o que ela é”, independente de todo o resto; de uma só vez, ela é necessariamente verdadeira, ou melhor, adequada. A verdade das idéias simples (essas simples percepções que Deus nos permitiu receber, ao atribuir poder aos objetos exteriores para que as produzam em nós, através de leis e formas estabelecidas adequadas à sua sabedoria e bondade, embora sejam incompreensíveis para nós) apenas reside nas imagens que causam em nós.⁴⁴ “Uma vez que o entendimento está provido dessas idéias simples, ele tem o poder de as repetir, comparar e unir, numa variedade quase infinita, de modo que pode formar a seu gosto novas idéias complexas.”⁴⁵ As idéias simples são os átomos do espírito, que as funções do entendimento transformam em estruturas complexas. As idéias simples são aquelas que originariamente se dão à consciência e aquelas de que todas as outras idéias são formadas.

Neste ponto, o entendimento é meramente passivo e não está no seu poder ter ou não ter esses rudimentos ou materiais do conhecimento.

O entendimento é tão incapaz de recusar estas idéias simples, quando se apresentam na mente, ou de as alterar quando impressas, ou de as apagar e produzir outras novas, como um espelho é incapaz de recusar, alterar ou

⁴³ Cf. *Ensaio*, II, II, 1.

⁴⁴ Cf. *Ensaio*, II, XXXII, 14.

⁴⁵ *Ensaio*, II, II, 2.

extinguir as imagens ou idéias que nele produzem os objetos colocados à sua frente.⁴⁶

Supomos que, com esta analogia do espelho, o que Locke quer ressaltar é que a mente não necessita buscar nem descobrir os dados sensoriais; que estes, assim como os aparatos necessários para sua interiorização mental, lhe são dados gratuitamente. E que só necessita ser ativa quando, de toda a riqueza do campo sensorial que constantemente lhe é oferecida através dos sentidos, pretende selecionar algum dado concreto que lhe interesse para algum fim determinado. O que se sustenta é que, ainda que a mente possa utilizar ativamente suas faculdades para, por exemplo, escutar ou olhar, não necessita exercer nenhum tipo de atividade quando se limita a ouvir ou a ver... do mesmo modo, aquele que tem olhos, se os abrir de dia não pode deixar de ver alguns objetos e notar diferenças entre eles. Mas, embora um homem com os olhos abertos para a luz não possa deixar de ver, há certos objetos para os quais ele pode escolher dirigir os seus olhos; pode haver ao seu alcance um livro que contenha gravuras e dissertações capazes de o deleitar ou instruir mas ele pode, todavia, nunca ter vontade de o abrir, nunca fazer esforços para ver.⁴⁷

Enquanto o entendimento é inteiramente passivo na recepção de todas as suas idéias simples, ele exerce vários atos pelos quais, a partir de suas idéias simples, as outras são formadas.⁴⁸

As idéias simples que recebemos da sensação e da reflexão são os limites dos nossos pensamentos, para além dos quais a mente não é capaz de avançar nem um pouco, quaisquer que sejam os esforços que diligencie, nem é capaz de fazer quaisquer descobertas quando inquirir acerca da natureza e das causas ocultas dessas idéias. Locke afirma que, se se considerasse um filósofo e se examinasse as causas de que dependem e de que são feitas as idéias,

acredito que todas elas se poderiam reduzir às poucas que são primárias e originais: a *extensão*, a *solidez*, a *mobilidade* (ou poder de ser movido); as quais recebemos dos corpos através dos sentidos: a *perceptibilidade* (ou o poder de perceber, ou de pensar), a *motricidade* (ou o poder de mover); as quais recebemos das *nossas mentes* por reflexão. A estas podemos adicionar a *existência*, a *duração* e o *número* que são recebidos quer dos corpos através dos sentidos, quer da mente, por reflexão.⁴⁹

⁴⁶ Cf. *Ensaio*, II, I, 25.

⁴⁷ *Ensaio*, IV, XIII, 1.

⁴⁸ Cf. *Ensaio*, II, XII, 1.

⁴⁹ *Ensaio*, II, XXI, 75.

1.1.1 As idéias simples da sensação (qualidades primárias e secundárias)

A sensação é a grande fonte da maior parte das idéias que temos e que dependem totalmente dos nossos sentidos e por eles são comunicados ao entendimento. Tais idéias estão, de alguma maneira que Locke confessa não saber explicar, conectadas causalmente com o mundo externo. Os nossos sentidos, no comércio com objetos sensíveis particulares, introduzem na mente várias percepções distintas de coisas, consoante com os diversos modos segundo os quais esses objetos os afetam. São os

sentidos que transmitem, dos objetos exteriores para a mente, aquilo que nela produz aquelas percepções.⁵⁰ Para se conhecer uma idéia de sensação, basta somente que se ponham em funcionamento os seus sentidos.

As idéias simples de sensação são produzidas no entendimento por tudo o que, por instituição da natureza, pode causar alguma percepção na mente, ao afetar nossos sentidos, qualquer que seja a sua causa externa.⁵¹ Para termos idéias simples de sensação, não podemos prescindir dos materiais da experiência, que se entende ser qualquer objeto capaz de afetar nossos sentidos, produzindo-as. “As idéias simples que temos são tais como no-las ensina a experiência”.⁵² É na experiência que captamos os elementos constitutivos e causadores das nossas idéias simples da sensação.

As idéias de calor e frio, de luz e escuridão, de branco e de preto, de movimento e de repouso, são alguns exemplos lockeanos de idéias simples de sensação. Entre as idéias simples de sensação, há algumas que nos são dadas por um só sentido; luz e cores vêm pelos olhos, ruídos, sons e tons, pelos ouvidos; sabores e cheiros, pelo nariz e pelo paladar; solidez nos vem pelo tato; mas outras se introduzem em nós por mais de um sentido; as idéias de espaço e extensão, de forma, de repouso e de movimento chegam até nós simultaneamente pelos olhos e pelo tato.

No que diz respeito a nossas idéias simples de sensação, Locke faz a distinção entre qualidades primárias e secundárias⁵³ e nos adverte que “para melhor descobrir a natureza das nossas idéias e discorrer inteligivelmente acerca delas, será conveniente

⁵⁰ Cf. *Ensaio*, II, I, 3.

⁵¹ Cf. *Ensaio*, II, VIII, 1.

⁵² *Ensaio*, II, IV, 4.

⁵³ Para uma análise detalhada das “qualidades primárias e secundárias” de Locke Cf. Bennett, J., *Locke, Berkeley, Hume: Central Themes*, 1971, pp. 89-123 25. Cf. também Ayers, M. R., *Locke*, 2000, pp. 17-33; Michaud, Ives, *Locke*, 1991, p. 83; Mackie, J. L., *Problemas en torno a Locke*, 1988, pp. 13-48.

distingui-las “enquanto são idéias ou percepções na nossa mente e enquanto são modificações da matéria nos corpos que causam em nós essas percepções”.⁵⁴ Portanto, Locke chama de idéia a tudo aquilo que a mente percebe em si mesma, tudo o que é objeto imediato de percepção, de pensamento ou de entendimento; e, à potência de produzir qualquer idéia na nossa mente, ele chama qualidade do objeto em que reside essa capacidade.⁵⁵ Assim, uma bola de neve tem a potência de produzir em nós as idéias de branco, frio e redondo; a essas potências de produzir em nós essas idéias, enquanto estão na bola de neve, Locke as chamam qualidades; enquanto são sensações ou percepções no nosso entendimento ele as chama idéias.⁵⁶

O problema da estrutura final da matéria, ou seja, dos constituintes últimos do mundo físico, estava na época de Locke longe de uma resolução. Portanto, não é estranha a sua incursão no âmbito da Filosofia Natural,⁵⁷ que para ele consiste no conhecimento das coisas, como elas são nos seus próprios seres, suas constituições, propriedades e operações, e que constitui num dos objetos do entendimento humano. Isto se justifica pela necessidade de se fazer compreender um pouco a natureza da sensação e para que se conceba com distinção a diferença que existe entre as qualidades nos corpos e as idéias por elas produzidas na mente.

Apesar do pessimismo que Locke declara frente à Filosofia Natural, como incapaz de alcançar a essência das coisas, e portanto não susceptível de se transformar em ciência, ele tinha ao mesmo tempo uma teoria realista da percepção que afirmava que, de um certo modo, nossas idéias representam alguma coisa material que existe fora de nós. No

⁵⁴ *Ensaio*, II, VIII, 7; grifos do autor.

⁵⁵ *Cf. Ensaio*, II, VIII, 8.

⁵⁶ *Cf. Ensaio*, II, VIII, 8.

⁵⁷ *Cf. Ensaio*, II, VIII, 22.

que concerne ao conhecimento dos corpos, devemos-nos contentar em recolher o que pudermos de experiências particulares, visto que não podemos, partindo da descoberta de suas essências reais, apreender de uma vez coleções inteiras e compreender a natureza e as propriedades de todas as espécies juntas. O conhecimento dos corpos, devemos obtê-lo pelos nossos sentidos, prudentemente empregues em tomar nota de suas qualidades e operações recíprocas.

Acompanhando os progressos científicos de seu tempo, Locke herda de seu contemporâneo Robert Boyle⁵⁸ a hipótese corpuscular, que segundo ele (Locke) é a que nos pode conduzir mais além numa explicação inteligível das qualidades dos corpos e que a fraqueza do entendimento humano dificilmente a possa substituir por uma outra que nos dê uma mais completa e clara descoberta da conexão necessária e da coexistência dos poderes que se podem observar unidos em diferentes espécies de corpos. A matéria postulada por Boyle e assumida por Locke, consistia de partículas com qualidades primárias (forma, tamanho, movimento e solidez) mas sem qualidades secundárias (cor, calor, sabor, cheiro), que são meramente produzidas em nós pelo efeito de partículas com qualidades primárias que atingem nossos órgãos sensoriais.

Na escolástica, o termo *qualidade* pressupõe a existência de uma *substância* como suporte para estas qualidades. Assim, na escolástica, a substância tem uma prioridade ontológica frente às qualidades. É importante notar que Locke vai operar uma inversão no tratamento da substância comparativamente a escolástica, que a define como algo capaz de existir por si mesma. Neste sentido, as qualidades requerem uma substância para a sua existência. Locke evita esse problema, partindo das idéias de substâncias tais

⁵⁸ Robert Boyle (1626-1691). Foi amigo de Locke. Em 1666 publicou a obra *The origin of forms and qualities*, onde apresenta sua teoria corpuscularista.

como nos são fornecidas pela experiência e afirma que o nosso conhecimento de substância é limitado às qualidades que podemos descobrir. Locke apresenta as substâncias, mas não as define substancialmente, e sim pelas propriedades que as revelam. “As nossas faculdades não nos conduzem a um conhecimento e distinção das substâncias para além de uma coleção de *idéias sensíveis que nelas observamos...*”.⁵⁹ Na ontologia lockeana, a substância terá seu valor diminuído, restando quase que unicamente as qualidades. A tensão existente entre substância e qualidade na escolástica é deslocada por Locke, para uma relação entre qualidades e idéias. Qualidades são então aspectos das coisas, distinguidas umas das outras apenas pelas diferentes maneiras que temos de perceber coisas. As qualidades presentes nas coisas são de duas espécies distintas, a saber: qualidades primárias e qualidades secundárias.

As qualidades primárias, segundo Locke, são intrínsecas às coisas, são totalmente inseparáveis delas, seja qual for o estado em que estas se encontram. Qualquer que seja o estado em que concebamos a realidade material, ela não se encontra jamais desprovida das propriedades de solidez, extensão, figura e movimento ou repouso. Não conseguimos sequer pensar em alguma porção de matéria sem essas propriedades. Mesmo que reduzíssemos essa porção de matéria a menor parte possível, através de divisões sucessivas, ainda assim, esta menor parte conservaria estas propriedades. Se pelo pensamento, estendermos esta divisão para além do nível sensível, a mente ainda atribui essas qualidades às partes divididas. Conceptualmente, qualquer parte da matéria, sensível ou insensível, possui as qualidades primárias.⁶⁰

⁵⁹ *Ensaio*, III, VI, 9; grifos do autor.

⁶⁰ *Cf. Ensaio*, II, VIII, 9.

Essas qualidades também podem ser chamadas qualidades reais ou originárias, porque existem nas próprias coisas, quer as percebamos, quer não. Essas qualidades são de caráter objetivo, ou seja, são reais. São de qualidades primárias aquelas idéias que concebemos por influência direta dos corpos, que são as idéias simples de solidez, extensão, figura, movimento ou repouso e número.

As qualidades secundárias são tais que, nos próprios corpos, não são mais do que potências para produzir em nós várias sensações por meio das suas qualidades primárias, isto é, pelo volume, pela figura, pela textura e movimento das partes sensíveis. Tais são as cores, os sons, os paladares, etc.⁶¹ As qualidades secundárias são assim potências nos corpos capazes de produzir em nós várias sensações por meio de suas qualidades primárias. As qualidades secundárias são extrínsecas às coisas e dependentes das qualidades primárias. Grosso modo, talvez pudéssemos dizer que são qualidades das qualidades primárias.

Locke admite ainda uma terceira espécie de qualidades, derivada das qualidades secundárias, que é a dos simples poderes. Os poderes são as disposições que todo corpo tem, em virtude das qualidades primárias de suas partes insensíveis, de produzir mudanças nos outros corpos ou de ser ele próprio afetado por elas. Os corpos produzem em nós percepções e suas interações os modificam. A título de exemplo, a potência que existe no fogo para produzir, por meio das suas qualidades primárias, uma nova cor ou uma nova consistência na *cera* ou no *barro* é tanto uma qualidade no fogo como a potência que ele possui para produzir em mim, pelas mesmas qualidades primárias, isto é, pelo volume, pela textura e pelo movimento das suas partes insensíveis, uma nova

⁶¹ Cf. *Ensaio*, II, VIII, 10.

idéia ou sensação de calor ou de queimadura que eu antes não sentia.⁶² Os objetos atuam sobre nossos sentidos e sobre outros objetos mediante movimentos de suas partículas insensíveis e das partículas insensíveis da luz, produzindo mudanças nas partículas insensíveis de nossos corpos e de outros objetos. A explicação dessa interação é inteiramente mecânica, isto é, se dá em termos da forma, tamanho e movimento ou repouso.

O modo como os corpos produzem idéias em nós é por impulsão (ação de contato), ou seja, existe algum movimento nos objetos que afetando algumas partes de nossos corpos, se prolongue por meio de nossos nervos ou dos espíritos animais até ao cérebro ou sede da sensação para aí produzir na nossa mente as idéias particulares que temos acerca dos ditos objetos.⁶³ Com as idéias das qualidades secundárias o processo é idêntico. Também é devido à impulsão, ou seja, pela ação de partículas insensíveis sobre os nossos sentidos a causa de nossas idéias.⁶⁴ Os diferentes movimentos e figuras, volume e número de partículas insensíveis, ao afetar os diversos órgãos dos nossos sentidos, produzem em nós diferentes sensações que nos causam as idéias de cores, odores, sons, gostos e demais qualidades sensíveis desses corpos.

Notamos aqui que as qualidades primárias são privilegiadas no interior da teoria dos objetos externos que nos permite entender como eles podem atuar uns sobre os outros e sobre os órgãos dos sentidos, para dar origem à experiência sensorial. Locke conclui, portanto, que “as idéias das qualidades primárias dos corpos são semelhanças das ditas qualidades e os seus modelos existem realmente nos próprios corpos; mas as idéias causadas em nós pelas qualidades secundárias em nada se lhes assemelham. Nada existe

⁶² Cf. *Ensaio*, II, VIII, 10.

⁶³ Cf. *Ensaio*, II, VIII, 11, 12.

⁶⁴ Cf. *Ensaio*, II, VIII, 13.

nos corpos que seja conforme com estas idéias”.⁶⁵ Nos corpos a que damos certas denominações em conformidade com essas idéias, há apenas uma potência de produzir em nós essas sensações; e “o que na idéia é doce, azul ou quente, não é nos corpos que assim denominamos, nada mais que certo volume, figura e movimento das partes insensíveis que os constituem.”⁶⁶

Locke afirma nossa ignorância a respeito das qualidades primárias das partes insensíveis dos corpos, das quais dependem todas as suas qualidades secundárias, como também não conhecemos nenhuma conexão que se possa descobrir entre uma qualidade secundária e as qualidades primárias de que ela depende. Como não somos capazes de descobrir nenhuma conexão entre as qualidades primárias dos corpos e as sensações que são produzidas em nós por eles, nunca poderemos ser capazes de estabelecer regras certas e indubitáveis da consequência ou da coexistência de quaisquer qualidades secundárias, ainda que pudéssemos descobrir o tamanho, a figura ou o movimento das partes insensíveis que as produzem imediatamente. Nesse sentido, existe uma diferença de valor objetivo entre as percepções que representam as qualidades primárias e aquelas que representam as qualidades secundárias, na medida em que as primeiras representam efetivamente os objetos e as segundas não, quer dizer, que certas percepções nos conduzem à realidade exterior, enquanto outras não.

Nisto não podemos ir mais além do que a experiência particular nos informa como situação de fato, e podemos conjecturar por analogia quais os efeitos que provavelmente os corpos semelhantes produzem em outras experiências. Mas quanto a uma perfeita ciência dos corpos naturais, estamos tão longe de sermos capazes de tal coisa que Locke

⁶⁵ *Ensaio*, II, VIII, 15.

⁶⁶ *Ensaio*, II, VIII, 15.

afirma que é trabalho perdido procurá-la. Locke não considera, pois, a hipótese corpuscular como estabelecida definitivamente; para ele, era a melhor de que se dispunha.⁶⁷ Como vimos, Locke assume a hipótese corpuscularista, incorporando-lhe alguns argumentos filosóficos, como a mais provável para a explicação dos corpos externos, mesmo que nos dê um conhecimento apenas provável. Com isto, Locke garante a objetividade dos objetos externos e se mantém fiel ao seu método da experiência e da observação.

1.1.2 As idéias simples da reflexão

A reflexão, que segundo Locke, é a segunda fonte de nossas idéias, é a percepção das operações internas da nossa mente enquanto se debruça sobre as idéias que recebem. As idéias de reflexão são as produzidas pelo que se pode considerar uma espécie de introspecção, pois são as idéias que a mente adquire ao observar seus próprios mecanismos e operações.⁶⁸ “Porque aquilo que um homem vê, não pode deixar de ver, e aquilo que percebe, não pode deixar de saber que percebe”.⁶⁹

⁶⁷ Cf. *Ensaio*, IV, III, 16.

⁶⁸ Cf. *Ensaio*, II, I, 4.

⁶⁹ *Ensaio*, IV, XIII, 2.

A reflexão, que é a fonte das idéias relativa às operações internas, nos proporciona a representação das próprias operações exercidas pelo espírito sobre os objetos da sensação, tais como: conhecer, crer, lembrar, duvidar, querer, etc. Estas idéias não são inteiramente passivas, ao contrário das idéias de sensação; exprimem a atividade do espírito. Percepção ou potência de pensar e vontade ou potência de querer são dois poderes a que chamamos correntemente faculdade; estes poderes comportam inúmeros modos, alguns dos quais são: recordação, discernimento, raciocínio, julgamento, conhecimento, fé. O espírito aparece-nos agora, já não como um simples receptor, mas também como um agente, como um analista e um criador; toma parte ativa nos acontecimentos do mundo em que vive.⁷⁰

Para Locke há igualmente idéias simples que sejam ao mesmo de sensação e de reflexão; à cabeça destas encontram-se o prazer ou o arrebatamento, a dor ou o mal-estar, o poder, a existência e a unidade. As duas primeiras destas idéias simples combinam-se com quase todas as idéias do espírito e governam nossas ações. Satisfação, alegria, prazer, felicidade ou mal-estar, perturbação, dor, tormento, angústia e miséria são diferentes graus desse poder, que se exerce sobre os nossos pensamentos. Locke considera o prazer e a dor como motores e orientadores não só da vida ativa, como também da vida cognitiva.

Locke considera a percepção como sendo a primeira faculdade do espírito que se ocupa das nossas idéias, e é também a primeira e a mais simples idéia que recebemos por meio da reflexão, na qual, a mente é apenas passiva, no sentido de não poder deixar de perceber o que realmente percebe.⁷¹ Locke afirma que a melhor maneira de entender o

⁷⁰ Cf. *Ensaio*, II, VI.

⁷¹ Cf. *Ensaio*, II, IX, 1.

que é percepção é refletir sobre o que fazemos quando vemos, ouvimos, sentimos ou pensamos. Conhecemo-la por experiência direta; as explicações verbais, por si sós, são insuficientes para dá-la a conhecer. Que a reflexão é uma importante ação da mente é indicado ainda por seu papel na descrição de Locke da identidade pessoal: uma pessoa é um “ser pensante, inteligente, que tem razão e reflexão”.⁷² Refletir sobre nossas vidas, sobre nossas ações, é um modo em que nos tornamos conscientes de ações morais e responsáveis por elas.

1.2 As idéias complexas

De posse das idéias simples recebidas passivamente pelas vias da sensação e da reflexão, a mente pode atuar sobre elas exercendo o seu poder principalmente de três modos:

- (1) combinando numa idéia composta várias idéias simples: assim se formam todas as *idéias complexas*;
- (2) juntando duas idéias, simples ou complexas, e colocá-las uma junto da outra, de tal maneira que possa vê-las simultaneamente sem combiná-las numa só: assim obtém a mente todas as suas *idéias de relação*;

⁷² Cf. *Ensaio*, II, XXVII, 11.

(3) separá-las de todas as demais idéias que as acompanham na sua existência real: esta operação chama-se abstração, e é através dela que a mente adquire todas as suas *idéias gerais*.⁷³

As idéias complexas são as idéias resultantes de varias idéias simples unidas, tais como a beleza, a gratidão, um homem, um exército, o universo. As idéias simples provêm todas das próprias coisas, e desta espécie de idéias a mente não pode ter mais nem outras, além daquelas que lhe são sugeridas. Não pode ter outras idéias das qualidades sensíveis além daquelas que, pelos sentidos, lhe chegam do exterior, nem quaisquer outras idéias de diferentes espécies de operações de uma substância pensante, a não ser as que encontram em si mesmas.⁷⁴ Uma idéia complexa é uma coleção de várias idéias simples que andam juntas e que o espírito considera uma idéia. A unidade da idéia complexa provém desse ato do espírito e da ligação com uma palavra, que se torna a marca da idéia. Essa idéia é tomada como um todo, único e composto. A maior preocupação de Locke em relação as idéias complexas é mostrar que até nossas idéias mais abstrusas e abstratas podem ser reduzidas a idéias simples.

As idéias complexas podem ser compreendidas dentro de três grupos:

- (1) as substâncias;
- (2) os modos;
- (3) as relações.⁷⁵

As substâncias são coisas particulares distintas, que subsistem por si próprias; a idéia de substância é a primeira e a principal de todas as idéias; falamos de um homem ou de um

⁷³ Cf. *Ensaio*, II, XII, 1.

⁷⁴ Cf. *Ensaio*, II, XII, 2.

⁷⁵ Cf. *Ensaio*, II, XII, 3.

carneiro. Há também idéias coletivas de várias substâncias reunidas, um exército de homens ou um rebanho de carneiros.⁷⁶ Temos a idéia de substância quando, por exemplo, constatamos que as idéias simples se apresentam sempre juntas; supomos então que pertencem a uma mesma coisa, damos-lhes um mesmo nome, que admitimos corresponder a uma idéia simples; temos então a idéia de substrato. Este é um suporte das qualidades, não sabemos qual. Fazemos da idéia de substância, uma idéia relativa e obscura, é uma combinação de idéias simples, com uma certa estrutura interna própria, mas também com uma essência desconhecida. Se tentarmos formar uma idéia da própria substância, independente de suas qualidades (o que designamos por “substância pura em geral”), podemos encontrar apenas uma suposição de não saber o que sustenta essas qualidades. As idéias de espécies particulares de coisas, substâncias, são formadas pela combinação dessas idéias simples que “são descobertas pela experiência e observação dos sentidos humanos como existindo unidas”.⁷⁷

Os modos são idéias complexas que não podem subsistir por si mesmas, mas dependem ou são afecções de substâncias.⁷⁸ Locke distingue entre modos simples limitados a uma única idéia repetida ou ampliada (distâncias espaciais, durações, números) e os modos mistos que reúnem idéias de ordens diferentes (a beleza, o triunfo). Há três maneiras pelas quais obtemos essas idéias complexas de modos mistos: pela experiência e observação das próprias coisas; pela invenção, ou reunião voluntária de diversas idéias simples em nossas mentes; pela explicação dos nomes das ações que nunca vimos, ou de movimentos que não podemos ver.⁷⁹

⁷⁶ Cf. *Ensaio*, II, XII, 6.

⁷⁷ *Ensaio*, II, XXIII, 3.

⁷⁸ Cf. *Ensaio*, II, XII, 4.

⁷⁹ Cf. *Ensaio*, II, XXII, 9.

As relações consistem na comparação e na consideração de uma idéia com uma outra.⁸⁰ O espírito põe duas idéias lado a lado de modo a apreendê-las de uma só vez, mas ainda considerando-as como distintas. A idéia de relação é formada pela “reunião de duas idéias (simples ou complexas), reguladas reciprocamente a fim de que tenhamos imediatamente uma visão delas, sem, contudo, unificá-las numa”.⁸¹ Relações e idéias de relações, portanto, resultam de algo, ou consistem em referir ou comparar duas coisas, “a partir de cuja comparação uma ou ambas as coisas passam a ser denominadas”.⁸² No caso de os objetos que são comparados deixarem de ser, ou apenas um deles deixar de existir, a relação também cessa.

As três relações mais importantes para Locke são as relações de causa e efeito, as relações de identidade e de diversidade, e as relações de conhecimento.

⁸⁰ Cf. *Ensaio*, II, XII, 7.

⁸¹ *Ensaio*, II, XII, 1.

⁸² *Ensaio*, II, XXII, 25.

2. A linguagem

O livro III do *Ensaio* (Das Palavras) é dedicado ao tópico da linguagem. Ali Locke define o uso da linguagem, analisa a significação, mostra de onde provêm os erros e as confusões na comunicação lingüística. Locke não estava fazendo ali nada de inédito, mas estava sim, promovendo uma nova versão da filosofia da linguagem. Talvez o seu mérito tenha sido vincular a investigação semântica com a teoria do conhecimento, e neste aspecto ele estava inovando. Como o próprio Locke confessa ao final do livro II (Das Idéias), que era seu propósito, após ter feito um longo inventário da origem das idéias, passar imediatamente para o livro IV (Do conhecimento e Opinião) e demonstrar o uso que o entendimento faz das idéias e que conhecimento adquirimos a partir das mesmas. Não era parte de sua empresa proceder ao exame da linguagem, mas durante o

processo, inesperadamente se viu obrigado a investigar a “força e... maneira de significar”⁸³ das palavras, tendo descoberto que “há uma conexão tão próxima entre as idéias e as *palavras*... que é impossível discursar clara e distintamente sobre o nosso conhecimento, que consiste totalmente em proposições, sem considerar, em primeiro lugar, a natureza, o uso e a significação da linguagem”.⁸⁴

A perspectiva geral do projeto do *Ensaio* era então a de passar imediatamente da análise das idéias às suas relações com o conhecimento; “assim, a linguagem parece irromper entre “nosso conhecimento” e “nossas idéias” da mesma forma pela qual o livro III surge entre os livros II e IV”.⁸⁵ Nestas condições parece-nos então que a análise da linguagem deve-se mais a uma exigência do *modus operandi* da teoria das idéias do que a uma visão da qual Locke estivesse plenamente consciente. Tal é a exigência que a divisão dos capítulos do livro III segue o mesmo esquema de classificação das idéias do livro II: são examinados, passo a passo, os nomes de idéias simples, de idéias de modos, etc. Ainda que em várias passagens dos livros I e II, Locke se refira ao uso da linguagem, às significações das palavras, aos nomes das idéias, ele parece ainda não ter dado conta da importância e da necessidade de se fazer uma análise da força da linguagem no plano do conhecimento, apesar dela já se mostrar óbvia. Locke ao se interessar pelos problemas lingüísticos, parece que não tinha absolutamente idéia de sua dificuldade e complexidade. Sentia apenas que eram importantes, sem a princípio saber exatamente o que eram. De fato, este problema não recebeu de Locke uma atenção mais cuidada e em alguns casos parece-nos que ele não refletiu o suficiente.

⁸³ *Ensaio*, III, IX, 21.

⁸⁴ *Ensaio*, II, XXXIII, 19 (grifos do autor).

⁸⁵ Ferraz Neto, Bento Prado de Almeida, *Estrutura e gênese da teoria lockeana da abstração*, 1996, p. 15.

É, pois, no referido livro III que Locke desenvolve suas teses e apresenta o primeiro tratamento moderno dedicado especificamente a filosofia da linguagem, onde ele procura vincular a investigação semântica com a teoria do conhecimento. O propósito de Locke não é construir uma teoria geral da significação, e sim identificar os princípios que permitem um uso apropriado da linguagem. “His philosophy of language has normative force: he wishes to explore not only *how* language is used but also how it *should* be used.”⁸⁶

Locke parte do princípio de que o homem foi feito para a sociedade. Desta forma, parece natural que ele esteja equipado com a linguagem.

Deus, tendo designado o homem como criatura sociável, não o fez apenas com inclinação e necessidade para estabelecer camaradagem com os de sua própria espécie, mas o forneceu também com a linguagem, que passou a ser o instrumento mais notável e o laço comum da sociedade.⁸⁷

Talvez o que se verifique nesta afirmação é apenas mais um embaraço vocabular de Locke. Com efeito, logo adiante ele afirma que o homem teve, por natureza, seus órgãos talhados de modo a formar sons articulados, que denominamos palavras; e que isto não é suficiente para produzir a linguagem. Contrariamente aos animais, que são capazes de emitir sons articulados e com suficiente distinção, embora não sejam de nenhum modo capazes de linguagem, os homens utilizam esses sons, diz Locke, como sinais das idéias em sua mente, a fim de comunicá-las a outros homens.

A linguagem é um meio de se unir a sociedade. Nós expressamos e comunicamos nossas idéias pela linguagem. A razão é a finalidade da linguagem: esta consiste em assinalar ou comunicar os pensamentos dos homens entre eles com toda a celeridade que se possa conseguir. Embora faça esta observação inicial, a linguagem e a

⁸⁶ Ott, Walter, *Locke's philosophy of language*, 2004, p. 2.

⁸⁷ *Ensaio*, III, I, 1.

significação de palavras, para Locke, são convencionais, não naturais. Não pode existir uma conexão natural entre os sons articulados e certas idéias, porque se assim fosse deveríamos todos compartilhar de uma única linguagem. Com o fim de comunicar pensamentos,

podemos conceber como as palavras, que eram por natureza tão bem adaptadas a esse propósito, chegaram a ser usadas pelos homens como sinais de suas idéias. Isto não se deu por qualquer conexão natural que existe entre sons articulados particulares e certas idéias, pois assim, haveria apenas uma linguagem entre todos os homens, mas por uma imposição voluntária, por meio da qual certa palavra é designada arbitrariamente como a marca de tal idéia.⁸⁸

O uso da linguagem consiste em sons para dar a entender com facilidade e rapidez conceitos gerais, em que não apenas a abundância de pormenores deve ser contida, mas também uma grande variedade de idéias independentes agrupadas em complexas.

Sendo as palavras utilizadas como sinais das idéias e sendo as idéias sinais das coisas, fica evidente a conexão das palavras com as operações das coisas sensíveis. Locke estabelece então um paralelismo entre a gênese das idéias sensíveis e das palavras, fazendo depender esta daquela. Assim, Locke conclui que, se pudéssemos investigar a origem das palavras, descobriríamos, em todas as linguagens, que os nomes que significam coisas e não se encontram sob nossos sentidos derivam inicialmente de idéias sensíveis. Para Locke, qualquer processo de vincular significados de palavras terá de repousar, em última análise, numa evidência sensorial. Aos primeiros falantes de uma linguagem foram, pela natureza, sugeridos os nomes que davam as coisas, e esta foi a origem e o princípio de todos os conhecimentos. Todos os homens têm liberdade para formar palavras, para significar idéias ao seu agrado e não é tolerável imaginar-se que alguém obrigue outro a ter as mesmas idéias em sua mente. O que ocorre é que o uso ordinário, por um tácito acordo, atribui certos sons a certas idéias em todas as

⁸⁸ *Ensaio*, III, II, 1.

linguagens, limitando assim o significado desse som às fronteiras dos hábitos comuns de um grupo de homens em livre acordo lingüístico.⁸⁹

Locke observa ainda que para dar as palavras toda a sua utilidade, não basta que possam ser transformadas em sinais de idéias, a menos que esses sinais possam ser usados para compreender várias coisas particulares. A linguagem foi então aperfeiçoada ainda pelo uso dos termos gerais, quando estes significam idéias gerais. Para Locke, “todos os nomes (exceto os próprios) são gerais e não significam particularmente esta ou aquela coisa singular, mas espécie e gênero de coisas.”⁹⁰ Assim, são dois os pontos que Locke investiga a fim de melhor entender o uso e a força da linguagem, como subserviente à instrução e conhecimento: primeiro, em que estes nomes, no uso da língua, são imediatamente aplicados; segundo, o que a espécie e gênero das coisas são, em que consistem e como são formados. Sendo estes dois pontos bem examinados, diz Locke, descobriremos melhor o correto uso das palavras, as vantagens naturais e defeitos da linguagem, e os remédios que devem ser usados a fim de evitar as inconveniências da obscuridade ou incerteza no significado das palavras.

Locke vê no mau uso das palavras a fonte de numerosos problemas filosóficos. Ao insistir sobre as armadilhas montadas pela linguagem, Locke marca seu compromisso com a função crítica de seu percurso filosófico e com a necessidade de denunciar as fontes da ignorância. A análise da linguagem lockeana é bem restrita e, como já foi dito, segue os passos da teoria das idéias. São analisados os termos gerais, os nomes (das idéias simples, dos mostos mistos e das relações, das substâncias) e, de passagem,

⁸⁹ Cf. *Ensaio*, III, IX, 25.

⁹⁰ *Ensaio*, III, I, 6.

Locke faz um breve comentário sobre as partículas. Locke não deu suficiente atenção ao problema do “significado” nem a outros de natureza lingüística em geral.

2.1 A significação das palavras

Em todos os livros do *Ensaio* e em todos os capítulos do livro III se pode encontrar fundamentos mais ou menos detalhados sobre a tese de que “palavras significam idéias”. É unanimidade entre os comentadores que a tese lingüística central apresentada por Locke é a de que “*palavras, em seu significado primário e imediato, nada significam senão as idéias na mente de quem as usa*”.⁹¹ Mas convém marcar quais tipos de palavras podem ser incluídos nessa tese.

Os críticos de Locke têm suposto habitualmente que são palavras de todos os tipos e Locke efetivamente fala em quase todo o *Ensaio* como se esta houvesse sido sua intenção. Mas um pouco mais de atenção com os textos e veremos, entretanto, que Locke consagra um capítulo às partículas, a “essas palavras de que nos servimos para significar a conexão que o espírito dá às idéias e às proposições”,⁹² e afirma que, para

⁹¹ *Ensaio*, III, II, 2; grifos nosso.

⁹² *Ensaio*, III, VII, 1.

conhecer o seu sentido, é preciso pesquisar as posturas do espírito, que elas correspondem pois a atitudes proposicionais. E parece claro que neste capítulo ele trata de descartar todas as palavras “sincategoremáticas”.⁹³ Locke diz que estas não são “nomes de idéias que estão na mente”, senão que “servem para significar a conexão que estabelece a mente entre as idéias ou as proposições, vinculando umas com as outras”.⁹⁴

Pretende ser então a tese principal da teoria semântica de Locke um delineamento acerca de todas as palavras “categoremáticas”: verbos, nomes e adjetivos especialmente? O tratamento que Locke dá aos verbos é muito fraco e só considera brevemente a sua significação no livro II e no princípio do livro III,⁹⁵ porém de maneira isolada da teoria semântica desenvolvida posteriormente no livro III, onde os verbos são, de passagem, citados. O que Locke tem a dizer acerca das palavras no livro III demonstra que sua preocupação principal e exclusiva eram os substantivos e os adjetivos, ou “nomes”. Locke teve inclusive que fazer uma variação da “tese principal” de sua teoria semântica para acomodar “nomes negativos”, como “insípido”, “silêncio”, “nada”, que segundo pensa “não significam diretamente idéias positivas, senão que... denotam idéias positivas, como gosto, som e ser, significando sua ausência”.⁹⁶ Assim, a única palavra mencionada inequivocadamente por Locke em sua tese de que “palavras significam idéias” é a de “nome”. Grande parte do que se diz no livro III só é compreensível tendo presente esta velada restrição.

⁹³ Assim são chamadas, na gramática e na lógica medievais, as partes do discurso que não tem significação em si, mas só a adquirem em contato com as outras partes do discurso; exemplos são as conjunções, as preposições, os advérbios, etc. Eram as unidades lingüísticas que sobravam depois da distribuição de tudo o que podia ser atribuído às dez “categorias” aristotélicas, uma classificação de termos feita por Aristóteles. Assim, os remanescentes eram termos empregados unicamente com (sincategoremáticos) as categorias.

⁹⁴ *Ensaio*, III, VII, 1.

⁹⁵ *Cf. Ensaio*, II, XVIII, 2; *Ensaio*, II, XXII, 72; *Ensaio*, III, I, 5.

⁹⁶ *Ensaio*, III, I, 4.

Kretzmann sugere, em seu artigo “La tesis principal de la teoría semántica de Locke”,⁹⁷ que a teoria semântica de Locke não é tão má como parece e que as linhas de ataque que parecem as mais prejudiciais com frequência se baseiam mais nos acidentes da terminologia caprichosa de Locke. O propósito de Kretzmann, não é de defender ou atacar a tese lockeana senão expor essa tese mais meticulosamente do que, ele supõe, Locke e seus críticos fizeram. Segundo Kretzmann, a aparente simplicidade da teoria semântica lockeana não só oculta complexidades essenciais para a própria concepção dele sobre o que quer dizer com as “palavras significam idéias”, como também uma confusão, de muito maior importância em seus efeitos para ele e seus intérpretes, que facilmente podia ser evitado. Esta confusão, para Kretzmann, tem origem no fato de que Locke apresenta sua argumentação a favor da tese em duas partes interdependentes, porém dá a essas partes um tratamento como se fossem dois argumentos completos e independentes. Kretzmann chama um de “argumento de Locke sobre o uso das palavras” e ao outro de “argumento da doutrina das idéias representativas”.

Segundo Kretzmann, o argumento de Locke sobre o que ele chama “argumento sobre o uso das palavras”, é essencialmente um argumento de comunicação, que ele considera o uso primário das palavras. O segundo argumento, que ele chama “argumento da doutrina das idéias representativas” pode ser, como ele sugere, explicado pelas próprias palavras de Locke:

... estas palavras, então, são as marcas das idéias de quem fala; ninguém pode aplicá-las como marcas, imediatamente, a nenhuma outra coisa exceto às idéias que ele mesmo possui, já que isto as tornaria sinais de suas próprias concepções; e, ao contrário, aplicá-las a outras idéias faria com que elas fossem e não fossem, ao mesmo tempo, sinais de suas idéias, e, deste modo, não teriam de nenhum modo qualquer significado.⁹⁸

⁹⁷ Cf. Kretzmann, Norman, *La tesis principal de la teoría semántica de Locke*, 1981, p. 225-256.

⁹⁸ *Ensaio*, III, II, 2.

Assim, prossegue Kretzmann, este argumento da doutrina das idéias representativas, de modo evidente, trata de apoiar precisamente aqueles aspectos da tese principal da teoria semântica de Locke que ficaram sem o apoio do argumento sobre os usos das palavras.

⁹⁹ Kretzmann chama este argumento de doutrina das idéias representativas, porque são as idéias representativas, aquelas que Locke considera que têm não-idéias correspondentes como originais, as que constituem os casos em que sua tese principal se aplica com todo detalhe. “Uma vez que esta claro que só *de modo imediato* as palavras *nada* significam *salvo* as idéias de quem as usa, também esta claro que, quando as idéias significadas de modo imediato por sua vez são signos – isto é, são idéias representativas –, seus originais podem ser significados *de modo mediato* por essas palavras.” ¹⁰⁰ Este ponto é essencialmente polêmico e muitos comentadores têm divergido diametralmente sobre o fato de se Locke sustentava ou não esta “doutrina das idéias representativas”.

Para concluir, Kretzmann sugere que Locke poderia ter feito uma apresentação mais simples, mais sólida e mais obviamente unificada com seu modo de idéias, se houvesse reconhecido todas as implicações para sua teoria semântica em sua própria concepção, da natureza de uma palavra. Kretzmann diz que Locke se equivoca quando chama idéias e palavras de signos. Para Kretzmann, Locke deveria ter baseado sua teoria semântica no reconhecimento de que, dentro do modo de idéias, as palavras são idéias.

Assim, a versão clássica de Locke: “palavras, em seu significado primário e imediato, nada significam senão as idéias na mente de quem as usa”, ¹⁰¹ poderia ser expressa na

⁹⁹ Cf. Kretzmann, Norman, *La tesis principal de la teoría semántica de Locke*, 1981, p. 240.

¹⁰⁰ Kretzmann, Norman, *La tesis principal de la teoría semántica de Locke*, 1981, p. 243.

¹⁰¹ *Ensaio*, III, II, 2.

versão mais simples de Kretzmann, se ele tivesse reconhecido todas as implicações de seu modo de idéias para a sua teoria semântica:

palavras (isto é, essas idéias particulares concretas [simples ou complexas] de sensação auditiva que ordinariamente se descrevem como sons articulados, junto com suas idéias abstratas afins de sensação e de reflexão), *em sua significação primária e imediata* (isto é, na vinculação com algo distinto delas mesmas, que seja essencial para que se lhes use para referir-se a alguma coisa), *nada significam* (isto é, estão em vinculação percebida, arbitrariamente alterável, reguladora de uma ação) *salva as idéias* (isto é, salvo certas idéias abstratas [simples ou complexas]) *que estão na mente de quem as usa* (isto é, na mente da pessoa que produz esses sons articulados como instrumentos por meio dos quais se pode referir a algo).¹⁰²

Kretzmann acrescenta ainda que, se bem que o próprio Locke nunca sustentou esta tese em todos estes detalhes, chegou a ser sustentada em alguns de seus detalhes mais notáveis, ainda que não em todos eles, por homens que se consideravam a si mesmos herdeiros filosóficos de Locke: David Hartley e James Mill.

Alston em sua classificação dos tipos de teoria do significado (ideacional, referencial e comportamental), afirma ser a “tese principal” da teoria semântica lockeana o enunciado clássico da teoria ideacional. Segundo ele, de acordo com esta teoria, o que dá uma certa significação a uma expressão lingüística é o fato de ser ela regularmente usada na comunicação como a “marca” de uma certa idéia; as idéias com que fazemos o nosso pensamento têm uma existência e uma função independentes da linguagem. Segundo tal interpretação, para que esta teoria funcionasse, teríamos que ser capazes de localizar “idéias”, para podermos testá-la.

Se quisermos ter uma explicação da significação em termos de idéias, deveremos usar “idéia” de modo que a presença ou ausência de uma idéia seja definível independentemente da determinação dos sentidos em que as palavras estão sendo usadas. As idéias terão que ser itens introspectivamente discerníveis na consciência. Locke tentou satisfazer esse requisito quando deu a “idéia” a significação de algo como “sensação ou imagem mental”. Mas quanto mais forçamos “idéia” na direção de tal identificação, mais claro se torna que as palavras não estão relacionadas com idéias do modo exigido pela teoria.¹⁰³

¹⁰² Kretzmann, Norman, *La tesis principal de la teoría semántica de Locke*, 1981, pp. 254-255.

¹⁰³ Alston, William P., *Filosofia da linguagem*, 1972, p. 47

Uma palavra adquire um significado ao associar-se a uma certa idéia de tal modo que a ocorrência da idéia na mente desencadeia (ou tende a desencadear) a elocução da palavra e, por outro lado, ouvir a palavra tende a provocar o aparecimento da idéia na mente do ouvinte.

Alston identifica em Locke uma teoria do significado, que ele nomeia de ideacional e que têm como principal característica o fato de não poder funcionar, ou seja, as palavras não estão relacionadas com as idéias de modo exigido pela teoria. A comunicação bem sucedida exige de acordo com a teoria, que você termine com as mesmas idéias na mente que eu tenho na minha. Assim, por exemplo, se eu lhe apontar um objeto de cor azul e lhe disser: isto é azul; e, em seguida lhe pergunto se você entendeu o significado de azul e você me aponta o mesmo objeto a que estávamos a falar, posso concluir, sem certeza, que nossa comunicação foi bem sucedida. Posso supor que nós terminamos a comunicação com a mesma idéia simples em nossas mentes: a idéia de azul. Pode ser entretanto, que você tenha prestado atenção em outras características do objeto, por exemplo, a forma ou o tamanho, etc. Dessa forma, foi um erro supor que nossa comunicação foi bem sucedida.

Teríamos que fazer vários testes a fim de constatar que você de fato compreendeu o significado de azul. Este simples exemplo nos mostra a dificuldade de tal teoria, uma vez que no dia-a-dia não podemos contar com a possibilidade de realizarmos todos os testes possíveis a fim de verificar se uma comunicação foi bem sucedida. Talvez nem pudéssemos saber ao certo, quais os testes necessários a realizar, uma vez que as quantidades e as dificuldades aumentariam proporcionalmente a complexidade dos fatos

e quantidade dos indivíduos envolvidos na comunicação. Para Locke a correção destes fatos poderia ser imposta pelo uso, ou pela propriedade do significado. Propriedade esta subordinada as exigências de comunicação.

O uso, como diz Locke, além do acordo tácito firmado entre os homens, limita a significação das palavras, uma vez que alguém que não se ajuste a isso estará a dizer quimeras. O argumento do uso é o ponto que nos afasta da linguagem privada. É a autoridade do uso que nos afasta das concepções internas, apesar de só elas nos garantir a realidade das coisas. As idéias são signos privados das coisas. As palavras os registram e os tornam públicos. A necessidade da referência das palavras às idéias, então, longe de ser índice de uma versão privatista da significação, deve, pelo contrário, assegurar à linguagem a sua realidade. O uso constante é responsável pela conexão entre certos sons e as idéias que eles significam.

É o uso familiar, por exemplo, que investem as crianças dos primeiros significados das palavras. Indiferentemente do fato dela se referir ao amarelo do ouro, a cauda de um pavão real, entretanto, é só o uso, a experiência na comunicação intersubjetiva que fornecesse o ajuste e a ampliação necessários à inserção coletiva (pública) da significação.

É também, pelo constante e familiar uso que podemos dar um salto abstrativo. Abstraímos quando formamos idéias gerais. As idéias gerais são formadas a partir das idéias particulares quando excluimos delas todas as circunstâncias que as individualizam. Saímos do particular e generalizamos, não só falaremos de coisas, mas principalmente de espécies de coisas. Mas isso não é natural, essas idéias são

construções do entendimento. Temos relação com os particulares, mas demos o salto abstrativo e representamos os universais. Para Locke, as idéias gerais se oferecem como uma ponte entre as coisas particulares e as palavras gerais, e sugere que a abstração é o que converte as idéias em gerais. O geral, o universal é uma construção humana. Deixamos fora desta idéia os fatores individualizantes e o que sobra é uma imagem parcial imperfeita, mas suficiente para que a representemos. Locke observa que a maior parte das palavras, em todas as línguas, é constituída de termos gerais. Em algum momento, principalmente quando crianças, aprendemos algumas palavras sem conhecer as idéias a que as devemos ligar. É o uso, depois, que nos dá a idéia. Devo adequar minhas palavras às idéias que o uso comum ligou ou estarei a dizer palavras que nada significam. O uso nos dá a significação para a comunicação.

As idéias, como já se viu, têm sua fonte na sensação e na reflexão. As palavras, por sua vez, podem ser remetidas às idéias simples da sensação. É também por experiência que aprendemos que, numa linguagem, nem todas as palavras têm uma significação clara e exata. As tentativas para explicar idéias simples por palavras fracassarão; elas devem ser vivenciadas a fim de sabermos o que são; temos poucos nomes de idéias simples, e devemos deixar que sejam descobertos pelo pensamento e a experiência de cada indivíduo. As palavras relativas às idéias simples são unívocas, mas só podem ser entendidas por quem experimentar os objetos a que se referem; as palavras relativas às idéias mais complexas são equívocas e estão na origem de muito erro e controvérsia, sendo sempre necessária uma nítida explicação do sentido que lhe atribuímos. Uma vez que armazenamos nas nossas mentes idéias simples provenientes das sensações e da reflexão e através do uso obtivemos os nomes que as representam, através desses meios podemos apresentar a outra pessoa qualquer idéia complexa que gostaríamos que

entendesse, de tal modo que esta idéia complexa não possua mais idéias simples do que as que a pessoa conhece e para as quais usamos o mesmo nome.

Hacking afirma que se a doutrina lockeana “fosse uma teoria ideacional do significado (do tipo da classificada por Alston), o significado de uma palavra seria uma idéia; o significado de uma sentença, um pensamento que combina idéias, ou talvez tal pensamento fosse ele mesmo uma idéia.”¹⁰⁴ Hacking incorpora a esta classificação o que Bennett chama de “concepção da linguagem como tradução”.¹⁰⁵ De forma que eu traduzo meu discurso mental em palavras, em voz alta, que você escuta e traduz de volta em discurso mental.

Segundo Hacking, a combinação da linguagem como tradução com uma teoria ideacional poderia parecer essencial que frequentemente a dupla tradução seja bem sucedida. “Ou seja, você deveria terminar com as mesmas idéias na sua mente o que eu tenho na minha.”¹⁰⁶ Na interpretação de Alston, vimos que a dificuldade é que somos incapazes de localizar idéias, como teríamos de fazer para testar a teoria ideacional. Para Hacking, o tradutor ideacional deveria nos dizer qual o critério de identidade para as idéias nas mentes de diversos falantes. Hacking reconhece que Locke afirma que, “a menos que as palavras de um homem estimulem no ouvinte as mesmas idéias que ele pretende que suas palavras representam ao falar, ele não fala de modo inteligível”; mas que, entretanto, ele não define “mesma idéia” e não prova que, em muitos casos de comunicação bem sucedida, a mesma idéia que estava presente no falante é produzida no ouvinte. Assim, Hacking conclui que Locke não era “tradutor ideacional” ou então não refletiu o suficiente.

¹⁰⁴ Hacking, Ian, *Por que a linguagem interessa a filosofia?*, p. 51.

¹⁰⁵ Cf. Bennett, J. F., *Locke, Berkeley, Hume: Central Themes*, 1971, p. 1.

¹⁰⁶ Hacking, Ian, *Por que a linguagem interessa a filosofia?*, p. 52.

Hacking afirma, portanto, que Locke de fato tem algo a dizer sobre a identidade das idéias, mas não em relação com a linguagem. O que Locke afirma é que não resultaria nenhuma falsidade se em um caso de percepção direta “o mesmo objeto devesse produzir idéias diferentes nas mentes de diversos homens em simultâneo”.¹⁰⁷ Acerca de nossas idéias simples, Locke pensa que é evidente que nenhuma delas pode ser falsa em relação às coisas existentes exteriores a nós. Apesar de que nunca poderemos conhecer o conteúdo de outras mentes por inspeção direta, “porque a mente de um homem não pode passar para o corpo de um outro de forma a entender as imagens que foram produzidas por esses órgãos, nem as idéias destas, nem os nomes seriam confundidos”.

108

Locke pensa que as idéias sensíveis causadas por um objeto qualquer nas mentes de diferentes homens são, na maioria dos casos, muito próximas e indistintamente semelhantes. De fato, reconhece ele, “os nomes podem ser mal aplicados mas isto não torna falsas nenhuma das idéias: como se um homem, por mau conhecimento da língua, chamasse escarlate a cor púrpura”¹⁰⁹.

Na opinião de Bennett, “a incoerência disso mostra o fracasso de Locke em ver a extensão de sua dificuldade”¹¹⁰ para a teoria do significado. Hacking, pelo contrário, sugere que Locke não tem tal dificuldade, porque ele não está interessado de modo algum na teoria do significado.¹¹¹ Hacking entende por “teoria do significado” algo que ao menos inclua uma teoria daquilo que Frege chamou de “sentido” e o que Locke pode

¹⁰⁷ *Ensaio*, II, XXXII, 15.

¹⁰⁸ *Ensaio*, II, XXXII, 15.

¹⁰⁹ *Ensaio*, II, XXXII, 15.

¹¹⁰ Cf. Bennett, J. F., *Locke, Berkeley, Hume: Central Themes*, 1971, p. 5.

¹¹¹ Cf. Hacking, Ian, *Por que a linguagem interessa a filosofia?*, p. 59.

ter chamado “aceitação comum”. Ou seja, teorias do significado têm de lidar com as características essencialmente públicas da linguagem. Como é afirmado por Frege na passagem abaixo:

A referência e o sentido de um sinal devem ser distinguidos da representação associada a este sinal. Se a referência de um sinal é um objeto sensorialmente perceptível, minha representação é uma imagem interna, emersa das lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que realizei. Esta imagem interna está frequentemente saturada de emoções; a claridade de suas diversas partes varia e oscila. Até num mesmo homem, nem sempre a mesma representação está associada ao mesmo sentido. A representação é subjetiva: a representação de um homem não é a mesma de outro. Disto resulta uma variedade de diferenças nas representações associadas ao mesmo sentido. Um pintor, um cavaleiro e um zoólogo provavelmente associarão representações muito diferentes ao nome “Bucéfalo”. A representação, por tal razão, difere essencialmente do sentido de um sinal, o qual pode ser a propriedade comum de muitos, e portanto, não é uma parte ou modo da mente individual; pois dificilmente se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração a outra.¹¹²

Este sentido próprio de “teoria do significado”, baseado nas afirmações fregeanas, não pode ser análogo a nenhuma teoria do significado elaborada pelos primeiros empiristas. Assim, Hacking concluiu que se os primeiros empiristas não proponham uma teoria do significado equivalente a uma teoria contemporânea (p. ex. a fregeana) então eles não tinham nenhuma teoria do significado. Segundo Hacking,

para Locke e outros filósofos modernos, o discurso mental importa mas não há nenhuma teoria do significado. Quando o discurso mental era aceito sem discussões, as idéias eram a interface entre o *ego* cartesiano e a realidade. Nós substituímos o discurso mental por discurso público, e as “idéias” se tornaram ininteligíveis. Alguma coisa no domínio do discurso público agora serve como interface entre o sujeito cognoscente e o mundo¹¹³.

Mas Locke afirma que o “uso é o árbitro, o direito e a regra da linguagem”¹¹⁴. Afirma também que “a fala é o grande elo que une a sociedade, e o canal comum por meio do qual os progressos do conhecimento são levados de um homem para outro e de uma

¹¹² Frege, Gottlob, *Lógica e filosofia da linguagem*, 1978, pp. 64-65.

¹¹³ Hacking, Ian, *Por que a linguagem interessa a filosofia?*, p. 59.

¹¹⁴ Locke, John, *Carta sobre a Tolerância*, p. 125.

geração para outra”.¹¹⁵ Estas afirmações nos fazem reivindicar para Locke, pelos mesmos motivos que foi concedido a Frege, uma teoria do significado, ou seja, uma teoria sobre a possibilidade do discurso público. Deve haver significado por trás das palavras, que são compreendidos e são verdadeiros portadores de crença e conhecimento. Os significados tornam possível o discurso público.

Estas afirmações também nos remetem a Wittgenstein em sua definição dos termos lingüísticos: “Pode-se, para uma grande classe de casos de utilização da palavra “significação” – se não para todos os casos de sua utilização –, explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem. E a *significação* de um nome elucida-se muitas vezes apontando o seu portador.”¹¹⁶ Para os propósitos de Locke, parecer-lhe-ia suficiente, ao analisar um nome (que é a classe de palavras das quais ele se ocupava), que ficasse claro que o que dá a significação destas palavras, na comunicação (conversa vulgar), em uma linguagem estabelecida, é o uso. Para Locke, “o uso comum determina bastante bem o sentido das palavras para a conversa vulgar”.

117

Locke não explora as conseqüências desta afirmação, pois não lhe parecia que ela envolvia maiores dificuldades ou que necessitasse de maiores explicações. Talvez ele não tivesse se apercebido da sua importância para a sua teoria semântica. Assim, se observarmos como as crianças aprendem as línguas, veremos que, para fazê-las compreender o que significam os nomes das idéias simples, ou substâncias, as pessoas mostram-lhes a coisa de que querem que tenham a idéia, e depois repetem-lhes o nome que a representa, como branco, doce, leite, açúcar, gato, cão. Mas quanto aos modos

¹¹⁵ *Ensaio*, III, XI, 1.

¹¹⁶ Wittgenstein, Ludwig, *Investigações Filosóficas*, 1991, p. 28, § 43.

¹¹⁷ *Ensaio*, III, IX, 8.

mistos, especialmente os mais importantes, as palavras referentes à moral, geralmente as crianças aprendem primeiro os sons; e depois, para saberem que idéias complexas esses sons significam, ou elas ficam obrigadas à explicação de outros, ou (o que acontece a maior parte das vezes) ficam entregues à sua própria observação e sagacidade.¹¹⁸

A crítica da teoria lingüística de Locke e da tradição que ele inaugurou, leva a filosofia contemporânea a refutar sua suposta concepção individual da significação. Locke não sentiu necessidade de formular critérios de significação. Para Locke uma palavra só pode ter uma significação se tiver sido estabelecida uma associação entre ela e uma idéia derivada da experiência sensorial. Dessa maneira, toda significação deriva, necessariamente, da experiência dos sentidos. Observemos, entretanto, que Locke não procurou apresentar uma teoria acabada da significação, mas que sua concepção decorria de um projeto filosófico coerente, que unia estreitamente linguagem e conhecimento. Para Locke, o uso corrente é ao mesmo tempo suficiente para seus objetivos imediatos e imperfeito, que é natural da linguagem. Mas Locke não propõe uma reforma da linguagem. “Não sou tão vaidoso que imagine que alguém possa pretender tentar uma reforma perfeita das línguas do mundo, nem mesmo da do seu próprio país, sem se tornar ridículo.”¹¹⁹ Locke sugere outrossim, a observação de algumas regras para evitar os inconvenientes dos defeitos da linguagem:

Primeiro, uma pessoa deve tomar cuidado para não usar nenhuma palavra sem significado, nem nome sem uma idéia mediante a qual é apoiado; segundo, não é suficiente uma pessoa usar palavras como sinais de certas idéias, pois, as que lhes anexa, se são simples, devem ser claras e distintas, se complexas, devem ser determinadas, isto é, a exata coleção de idéias simples estabelecidas na mente, com este som anexado a ela, como o sinal desta coleção exata e determinada, e não outra; terceiro, não basta aos homens terem idéias, idéias determinadas, por meio das quais tornam estes sinais significativos, mas devem também tomar cuidado para aplicar suas palavras tão próximas quanto possível das idéias usadas ordinariamente e que lhe são anexadas; quarto, é às vezes necessário, para determinar o significado das palavras, *declarar seus*

¹¹⁸ Cf. *Ensaio*, III, IX, 9.

¹¹⁹ *Ensaio*, III, XI, 2.

significados, tanto quanto o uso ordinário deixou isso incerto e vago; quinto, se os homens não quiserem ter trabalho a declarar o sentido das palavras que usam e não os pudermos obrigar a definir os seus termos, o menos que podemos esperar é que em todos os discursos onde alguém pretende instruir ou convencer outrem, essa pessoa use sempre as palavras com o mesmo sentido.¹²⁰

É nesse sentido que a força normativa marca sua presença na teoria semântica lockeana.

Por ser a linguagem naturalmente imperfeita, devemos observar algumas regras para evitar os inconvenientes dos defeitos.

Podemos concluir, neste ponto, que Locke parece não ter distinguido entre dois aspectos, e que os trata de forma confusa ao longo de suas análises. Ele parece misturar a gênese das palavras com o seu significado e uso em uma linguagem estabelecida. Locke escreve muitas vezes em termos de uma imagem da linguagem com dois estratos. A imagem está intimamente ligada à situação de aprender uma primeira língua, e a situação de comunicação numa linguagem estabelecida.

Para Locke, é com este primeiro estrato que os laços entre a linguagem e o mundo são estabelecidos e que fixadas restrições centrais ao significado. Num segundo estrato, é o uso que ancora a significação e que permite a comunicação e o progresso do conhecimento. O argumento que os comentadores tomaram de Locke como sua tese lingüística central, parece não ser mais do que um argumento sobre a gênese das palavras, ou como o primeiro estrato da linguagem. O que ele parece querer dizer é que os primeiros falantes de uma língua, e só eles, ao inventarem uma nova palavra, ela significará, para eles, as suas próprias idéias. Neste primeiro movimento temos de fato a concepção de uma significação privada e solipsista das palavras. Mas não se deve superestimá-la, pois a linguagem é destinada a comunicar. Assim,

A liberdade que tinha Adão no princípio para formar quaisquer idéias complexas dos *modos mistos*, através de outro modelo que não seus próprios

¹²⁰ Cf. *Ensaio*, III, XI, 8-12.

pensamentos, também a tiveram todos os homens a partir daquela época. E a mesma necessidade de conformar suas idéias de *substâncias* às coisas, como a arquétipos feitos pela natureza, da qual dependia Adão, se ele não quisesse intencionalmente se iludir, desta mesma necessidade dependem, desde então, todos os homens. A mesma liberdade facultada a Adão para anexar qualquer nome novo a qualquer idéia revela-se em qualquer um no presente (especialmente nos principiantes em línguas, se podemos imaginar tal coisa); mas apenas com esta diferença: em lugares em que os homens em sociedade já estabeleceram uma linguagem entre eles, os significados das palavras estão muito difundidos para e espalhados para serem alterados. Porque os homens já se encontram providos de nomes para suas idéias, e o uso ordinário tem apropriado nomes conhecidos para certas idéias, consistindo o mau emprego dos mesmos em algo muito ridículo. Quem tiver novas noções aventurar-se-á, talvez, a criar às vezes novos termos para expressá-las, mas os homens pensam que isto é arrojado, e é incerto se o uso comum os fará algum dia passar para o corrente. Mas, em comunicação com outros, é necessário que conformemos as idéias que formamos com as palavras vulgares enunciadas por qualquer linguagem com seus conhecidos e próprios significados, ou também para tornar conhecido o novo significado que a elas nós aplicamos.¹²¹

Locke argumenta a partir de uma linguagem estabelecida, em que o uso é o árbitro, o direito e a regra da linguagem. Assim, ao sublinhar “a necessidade da referência das palavras às idéias, longe de ser um índice de uma versão privatista da significação, deve, pelo contrário, assegurar à linguagem a sua realidade”.¹²² É através das idéias que a linguagem se liga à realidade. “Pois, embora os homens possam formar qualquer idéia complexa que lhes aprouver, e dar-lhe o nome que quiserem, é necessário, quando falam de coisas realmente existentes, que conformem em alguma medida suas idéias às coisas de que querem falar, se pretendem ser entendidos.”¹²³ Se as idéias correspondessem unicamente à significação das palavras, a linguagem seria então privada. As idéias têm uma função no uso da linguagem, mas não são identificáveis a uma entidade que seria a significação das palavras.

¹²¹ *Ensaio*, IV, V, 51.

¹²² Michaud, Ives, *Locke*, 1991, p. 108.

¹²³ *Ensaio*, III, VI, 28.

Mas, como a linguagem se destina a comunicar conhecimentos, a significação das palavras só é verdadeiramente estabelecida ou fixada, no uso comum, ou seja, dentro de acordos estabelecidos entre os homens a partir de uma experiência ampliada.

É através das idéias que a linguagem se liga à realidade, assim como é através delas que o conhecimento é ou não real. De qualquer forma, estamos muito longe de uma versão privatista e solipsista. Se Locke começa dizendo que as palavras servem para marcar e comunicar as idéias que temos, e nenhuma outra, *estabelece finalmente que a linguagem é o instrumento da ciência*. Tal é, aliás, a função da Semiótica ou Lógica: “A consideração, então, das idéias e das palavras como os grandes instrumentos do conhecimento é uma parte não desprezível de sua contemplação, se se quer ter uma visão do conhecimento em toda a sua extensão”, ou em termos mais diretos, “há um uso correto dos signos em vista do conhecimento” (IV, XXI, 5; conclusão do *Ensaio*).¹²⁴

¹²⁴ Michaud, Ives, *Locke*, 1991, p. 116. (grifos do autor)

2.2 Essência, abstração e termos gerais

Um dos aspectos mais importantes da filosofia lockeana é sem dúvida a distinção entre essências reais e essências nominais. Com sua teoria acerca da substância e das essências, Locke subverte de forma significativa toda a tradição escolástica anterior, ou em outros termos, ele viu na distinção entre essências reais e essências nominais um instrumento para a desvinculação entre as teorias da substância e as teorias da essência, tentando mostrar que nossas idéias de corpo e mente ficam aquém de suas essências reais. Locke rejeitou a idéia de que pudéssemos descobrir as essências imutáveis de ambas as espécies de substâncias.

Ao defender a tese de que todo nosso conhecimento tem sua origem na experiência e que não há idéias inatas, Locke opta por desafiar as antigas definições de substância, uma vez que não temos nenhuma idéia do que ela (a substância) é, mas apenas uma noção confusa e obscura do que ela faz.¹²⁵ Como a idéia de substância não nos chega pelos caminhos pelos quais as outras idéias nos são trazidas à mente, o resultado é que não temos nenhuma idéia clara desse tipo, e, portanto, todo o significado que damos a palavra substância é uma suposição incerta de um não-sei-o-quê, isto é, de algo que não temos nenhuma idéia distinta e positiva particular, que tomamos como o substrato, ou

¹²⁵ Cf. *Ensaio*, II, I, 2.

suporte, das idéias que conhecemos.¹²⁶ Está claro que Locke reagia contra uma posição escolástica (aristotélica e platônica) das essências, que ele considerava não só errônea, mas gravemente equívoca, e que durante séculos havia levado alguns pensadores a seguir métodos de investigação equivocados e infrutíferos, e os havia feito “pretender que conheciam o que ignoravam”.¹²⁷

Locke apresenta os dois sentidos clássicos do termo essência utilizados até então, pela escolástica.¹²⁸ Em primeiro lugar, o significado original do termo essência “é o próprio ser de qualquer coisa, aquilo por que ele é o que é”. Na escolástica, o que existe, o que há, ou é uma substância ou uma qualidade. As qualidades não podem existir por si mesmas; devem ser qualidades de alguma coisa, alguma substância. Duas espécies de substâncias eram reconhecidas, materiais e imateriais, corpo e mente. Cada espécie de substância tinha uma propriedade definidora, uma qualidade essencial que faz dela uma substância material ou imaterial. Assim, os corpos eram considerados substâncias materiais ou físicas cuja qualidade essencial era a extensão. Essa qualidade foi o que fez do corpo ser o que é. O seu ser é ser extenso. Do mesmo modo, considerava-se a mente, alma ou espírito uma substância imaterial com a qualidade essencial de ser pensante, pelo menos para almas ou mentes finitas.

Em segundo lugar, em vez de designar a constituição real das coisas, a essência foi quase exclusivamente aplicada à constituição artificial de gênero e de espécies, sendo que a essência de cada gênero, ou espécie, acaba por ser afinal, a idéia abstrata, significada pelo nome geral ou específico. Locke designa estas duas espécies de essências por dois nomes diferentes, chama a primeira, essência real, e, à segunda,

¹²⁶ Cf. *Ensaio*, II, XXIII, 2.

¹²⁷ *Ensaio*, III, VIII, 2.

¹²⁸ Cf. *Ensaio*, III, VI, 2.

nominal. Segundo Locke, o que está em jogo nesses dois casos são conceitos totalmente diferentes de essência. No primeiro caso, o conceito se refere à natureza real das coisas, à sua real organização. No segundo caso, à idéia que delas formamos para classificá-las.

Locke sugere que em relação às essências reais das substâncias corpóreas havia duas opiniões sobre a sua significação. Uma delas supõem um certo número de essências, segundo as quais todas as coisas naturais são formadas, nas quais cada uma delas exatamente participa, e por meio das quais vêm a ser de tal ou tal espécie. A outra reconhece que há, em todas as coisas naturais, uma certa constituição real, mas desconhecida, das partes insensíveis, de onde decorrem as qualidades sensíveis que nos servem para distinguir estas mesmas coisas uma da outra, segundo a ocasião que tenhamos de as agrupar em certas espécies sob denominações comuns.

Locke recusa estas duas opiniões argumentando contra a primeira que as freqüentes produções de monstros em todas as espécies de animais, o nascimento de imbecis e de outros estranhos seres de nascimento humano, criam dificuldades que dificilmente concordariam com a hipótese que supõe que estas essências são outras tantas formas ou moldes onde todas as coisas naturais que existem são igualmente feitas, já que é tão impossível que duas coisas, que participem exatamente na mesma essência real, tenham propriedades diferentes.¹²⁹ Contra a segunda opinião, Locke argumenta que a constituição interna das coisas nos é geralmente desconhecida e que só isto bastaria para fazer com que a rejeitássemos.¹³⁰

¹²⁹ Cf. *Ensaio*, III, III, 17.

¹³⁰ Cf. *Ensaio*, III, III, 15.

Locke identifica essas duas concepções de essência com a noção de essência real e as recusa. A sua recusa, entretanto, não é contra a existência de essências reais, mas apenas contra a possibilidade de que possamos conhecê-las.¹³¹ Para Locke, a substância e a essência real são ambas incognoscíveis. A substância é incognoscível como aquilo que dá suporte às qualidades das coisas; a essência real é incognoscível como estrutura interna das coisas. Com efeito, dado que o conhecimento tem sua origem apenas na experiência, tudo que se situa para além disso é incognoscível. Nesta circunstância é que assenta basicamente a distinção entre essência real e essência nominal.

Todas as coisas que existem seriam particulares, e as idéias que delas originariamente temos são também particulares, são idéias simples.¹³² Uma vez que o entendimento está provido destas idéias simples, ele tem o poder de as repetir, comparar e unir, numa variedade quase infinita, de modo que pode formar a seu gosto novas idéias complexas, mas até estas em alguma medida podem ainda ser particulares, se apenas se referirem a coisas individuais situadas no espaço e no tempo. No entanto, para efeitos práticos, ou seja, de conhecimento e de comunicação entre os homens é preciso transformar tais idéias em idéias gerais.¹³³

O homem passa então a se servir das palavras como sinais das suas concepções, e as estabelece como símbolos das idéias que tem no espírito, a fim de estas poderem ser por tal meio, manifestas aos outros, e os pensamentos dos homens poderem ser transmitidos entre eles. Mas se utilizarmos um nome distinto para designar cada coisa particular, pois como vimos, todas as coisas que existem seriam particulares; a linguagem não teria utilidade, porque a multidão das palavras teria impedido o seu uso. A linguagem foi

¹³¹ Cf. *Ensaio*, III, VI, 12.

¹³² Cf. *Ensaio*, III, III, 1.

¹³³ Cf. *Ensaio*, III, I, 3.

então aperfeiçoada pelo emprego de termos gerais que fazem com que uma só palavra possa significar uma imensidão de existências particulares.

As palavras começam, então, a revelar marcas externas de nossas idéias internas, sendo estas idéias apreendidas das coisas particulares. Se porém, cada idéia particular que apreendemos devesse ter um nome distinto, os nomes seriam infinitos. Para que isto seja evitado, a mente transforma as idéias particulares recebidas de objetos particulares em gerais, obtendo isto por observar que tais aparências surgem à mente inteiramente separadas de outras existências e das circunstâncias da existência real, tais como o tempo, espaço ou quaisquer outras idéias concomitantes. Denomina-se a isso *abstração*, e é através dela que as idéias extraídas dos seres particulares tornam-se representações gerais de uma mesma espécie e seus vários nomes aplicam-se a qualquer coisa que exista em conformidade com essas idéias abstratas. São estas, precisamente, aparências vazias da mente, sem se averiguar como, de onde e se são apreendidas com outras, que o entendimento armazena (com denominações gerais que lhes são anexadas), e servem de padrão para organizar as existências reais em classes, desde que se conformem a esses padrões e possam receber uma denominação adequada. Desse modo, sendo observada hoje a mesma cor no giz ou na neve, cor que foi apreendida ontem, pela mente, do leite, e levando apenas esta aparência em conta, o entendimento a transforma no representativo de toda esta espécie, designada pela palavra *brancura*, cujo som significa a mesma qualidade em qualquer parte que possa ser imaginada ou encontrada, fazendo destes universais tanto idéias como termos.¹³⁴

É, então, através de atos de abstração que se formam as idéias gerais (ou abstratas) que estão sempre ligadas a termos gerais. A capacidade de formar idéias abstratas é o que diferencia o homem do animal.¹³⁵ O primeiro passo do procedimento abstrativo consiste em separar a idéia de todas as outras, em especial das de tempo e de espaço, e de outras que podem determiná-la a tal ou qual existência particular.

Berkeley faz duras críticas à teoria da abstração de Locke distinguindo dois aspectos: o diagnóstico da impossibilidade da abstração, e o de sua ineficácia (é impossível abstrair e, mesmo se fosse possível, não nos levaria a idéia geral).¹³⁶ Entretanto, essa crítica berkeleyana só vale, no entender dos comentadores, se Locke for – como Berkeley – imagista, se uma idéia for para ele, essencialmente, uma imagem. Por outro lado, se

¹³⁴ *Ensaio*, II, XI, 9. Cf. *Ensaio*, III, III, 6.

¹³⁵ Cf. *Ensaio*, II, XI, 10.

¹³⁶ Cf. Berkeley, George, *Tratado Sobre os Princípios do Conhecimento Humano*, 1973, pp. 13-18.

idéia não for necessariamente imagem – se for um “modo de pensamento de tipo mais refinado”, ou o resultado de uma “atenção seletiva”, ou se “imagem” for apenas um dos sentidos de “idéia” – então a crítica berkeleyana não atinge a teoria da abstração. A tese que realmente seria indefensável diria que o significado de toda palavra ou frase é alguma imagem com a qual se associa, porém Locke não escreve regularmente como se acreditasse nisto.

Locke escapa a segunda crítica de Berkeley ao nos advertir que “geral e universal não pertencem à existência real das coisas, mas (...) dizem respeito a signos, sejam idéias ou palavras”.¹³⁷ Locke estaria, no fundo, em pleno acordo com Berkeley no tocante a este aspecto da generalidade da idéia. Uma idéia geral é uma idéia particular que “representa” várias outras idéias particulares. “A universalidade não é senão acidental e consiste apenas em que as idéias particulares sejam tais que mais do que uma coisa particular pode corresponder-lhes e pode ser representada por elas”.¹³⁸

Os nomes das idéias simples, explica Locke, remetem a uma existência real e significam simultaneamente as idéias do entendimento. De fato, como as idéias simples são o signo das qualidades dos objetos que as produzem, as palavras que as significam apontam para alguma existência real, da qual seu padrão original foi derivado. Mas elas não são suscetíveis de definição: um cego (de nascença), diz Locke, não poderá jamais apreender o sentido da palavra vermelho, pois não pode formar a idéia simples do vermelho.¹³⁹

¹³⁷ *Ensaio*, III, III, 11.

¹³⁸ *Ensaio*, IV, XVII, 8.

¹³⁹ *Cf. Ensaio*, III, IV, 11.

Para dar a significação do nome de uma idéia simples, sou obrigado a mencionar um objeto em que se encontra a qualidade que produz essa idéia, ou então submeter meu interlocutor à experiência do objeto em questão, de modo que ele perceba a idéia simples que nele se encontra. Assim, para fornecer a significação da palavra vermelho, a única coisa que posso fazer é colocar meu interlocutor diante da experiência do vermelho, supondo que ele forma a mesma idéia simples que eu formo, que ele faz a mesma diferença que eu faço entre o vermelho e o amarelo, e é isso que possibilita a comunicação. O uso das palavras depende ao mesmo tempo da relação entre estas e as idéias, e de sua conformidade ao mundo. Assim, para que a comunicação seja bem sucedida, é preciso que minha idéia de vermelho corresponda à idéia de vermelho de meu interlocutor; e, ao mesmo tempo, a idéia de vermelho é dada pelo mundo exterior. A palavra vermelho não tem uma significação simplesmente conferida pela idéia que formo dela (o que implicaria uma linguagem privada), mas pela relação com o mundo. É por isso que um cego (de nascença) jamais poderia, segundo Locke, formar a idéia de vermelho, ou seja, jamais poderá compreender proposições que tratam das cores.¹⁴⁰

Quanto aos nomes ligados a idéias complexas, sua significação pode ser transmitida na maior parte dos casos. Com efeito, cabe lembrar que, na base de toda idéia complexa, reside um ato do entendimento que dá unidade a um conjunto de idéias simples. Como as idéias complexas são constituídas de diversas idéias simples, é possível produzir uma definição que identifica essas idéias simples e as enumera, bastando que essas idéias simples tenham sido apreendidas pelo entendimento. Desse modo, um cego poderá conceber a idéia de uma estátua, pois seus sentidos lhe permitem perceber uma forma, porém, não a idéia de um quadro, visto que não pode perceber a cor. Para definir o nome de uma idéia complexa, é necessário e suficiente que eu conheça os nomes das

¹⁴⁰ Cf. *Ensaio*, III, IV, 12.

idéias simples que compõem essa idéia complexa. As idéias simples só podem ser obtidas por experiência daqueles objetos apropriados para produzir em nós essas percepções. Logo que nossa mente armazenou, por esse meio, essas idéias e reconhece seus nomes, estamos em condições de definir e, por meio dessa definição, entender os nomes das idéias complexas que são formadas dessas idéias simples.¹⁴¹

A significação dos nomes ligados à substância é dada por sua essência. Do que seja a substância em geral, não temos nenhuma idéia clara, muito embora sejamos levados a supô-la como substrato último das qualidades que observamos nas coisas e das idéias que conhecemos.

Tendo sido a mente, provida de grande número de idéias simples transportadas pelos sentidos e descobertas nas coisas externas, ou mediante reflexão de suas próprias operações, ela observa, igualmente, que certo número dessas idéias aparece constantemente unido, sendo supostas pertencer a uma única coisa; e, mostrando-se a conveniência de palavras para apreensões ordinárias, usadas para maior rapidez de expedição, são denominadas, tão unidas ao substrato, por um nome que, por negligência, posteriormente fomos levados a discorrer e a considerar como uma idéia simples, constituindo, realmente, uma compilação de várias idéias reunidas; pois, como afirmei, sem poder imaginar de que modo estas idéias podiam subsistir por si mesmas, nós nos acostumamos a supor certo *substratum* no qual elas subsistem, e do qual resulta, por conseguinte, o que denominamos *substância*.¹⁴²

Locke explica, ainda, que uma vez que temos esta idéia obscura e relativa da substância em geral, teremos idéias dos tipos particulares ao adquirir combinações de idéias que representam qualidades que se encontram juntas, e que, por conseguinte, são supostas derivar da específica constituição interna ou da essência desconhecida desta substância.

Os nomes gerais de substâncias são signos de idéias complexas com as quais diversas substâncias particulares devem ou podem concordar: podem ou devem concordar, pois, ainda que houvesse apenas um sol existindo no mundo, sua idéia sendo abstraída, de

¹⁴¹ Cf. *Ensaio*, III, IV, 12.

¹⁴² *Ensaio*, II, XXIII, 1.

modo a que mais substâncias (se houvesse várias) deviam cada uma concordar com isso, como se fosse uma classe em que houvesse tantos sóis como há estrelas. Mas é evidentemente a essência nominal que corresponde à idéia conectada a um nome de substância, não sua essência real. Podemos conhecer algumas propriedades ou qualidades das diversas substâncias particulares, mas destas mesmas não temos senão idéias muito imperfeitas. Em outras palavras, as essências reais, de que dependem as propriedades e operações ostensivas de tais substâncias nos são desconhecidas. A essência real é incognoscível, ao passo que a essência nominal corresponde à idéia que temos das substâncias. Nesse sentido, ela pode ser comum aos homens, pois é formada por eles.

As essências nominais das substâncias corpóreas são por nós construídas de modo só até certo ponto arbitrário, porque são baseadas nas semelhanças que observamos entre as qualidades de uma certa classe de coisas individuais. Como é a essência nominal que serve de fundamento à classificação das substâncias, e não a essência real, os nomes remetem necessariamente à essência nominal. Mais exatamente, precisamos de termos gerais para nos elevarmos além do particular e para falar de coisas, mas a essência real dessas coisas nos é desconhecida. Formamos delas uma idéia geral, composta de idéias simples que pensamos poder considerar como determinantes; assim, identificamos como idéias centrais de nossa idéia de ouro a idéia do amarelo, do peso, da maleabilidade, etc.

A constituição de nossa idéia geral de ouro, sua essência nominal, permite-nos então empregar a palavra ouro, embora essa idéia não seja a essência real de nenhuma substância existente, ela é contudo a essência específica à qual pertence o nome que

associamos a essa idéia complexa, e é intercambiável com ela; e com isso podemos pelo menos experimentar a verdade dessas essências nominais.¹⁴³ Estas características contam como a essência nominal porque as conhecemos e usamos como critério de reconhecimento, e associamos o nome “ouro” com sua conjunção: se trata de uma operação mental, humana, que agrupa estas características e não outras, e as utiliza para a classificação.

Os nomes de substâncias podem assim associar-se às mesmas idéias nas mentes dos homens, permitir a comunicação, transmitir um certo grau de conhecimento acerca do mundo exterior e sugerir seu progresso. Se acaso um dia se vier a realizar, no espaço intersubjetivo da comunicação, o ideal de unidade semântica dos termos gerais das substâncias corpóreas, haverá presumivelmente identidade entre as essências reais e as essências nominais.

Se as idéias de substâncias, apesar das suas limitações ontológicas, representam coisas em si mesmas subsistentes, as idéias de modos mistos nada representam externamente que por si mesmo subsista – representam, quando muito, traços que são afecções ou dependem das substâncias.¹⁴⁴ Tais idéias podem resultar da combinação de diversas idéias simples ligadas a diversas coisas ou fatos¹⁴⁵, mas na específica forma dessa combinação como que se transcende a ordem empírica, e por isso é que as idéias de modos mistos são completamente arbitrárias.¹⁴⁶ Trata-se na maioria de idéias morais: – de idéias como adultério, incesto, justiça, triunfo, beleza, etc.¹⁴⁷ São idéias deste gênero

¹⁴³ Cf. *Ensaio*, III, VI, 1 e 2.

¹⁴⁴ Cf. *Ensaio*, II, XII, 4 e 6.

¹⁴⁵ Cf. *Ensaio*, II, XVIII, 1 e 3.

¹⁴⁶ Cf. *Ensaio*, III, IV, 17.

¹⁴⁷ Cf. *Ensaio*, III, V, 12.

que, segundo Locke, são passíveis de um conhecimento apodítico análogo ao das matemáticas.¹⁴⁸

Esta última circunstância deriva precisamente da sua arbitrariedade, mas é conveniente delimitar bem o sentido dessa arbitrariedade. As idéias dos modos mistos são arbitrárias porque diferentemente das idéias de substância, são criadas pelo homem “sem modelos ou referência a qualquer existência real”. Claro que algumas delas podem conectar idéias simples que em última análise repousam na observação ou na experiência. Em qualquer dos casos, porém, “a mente toma a liberdade de não seguir exatamente a existência das coisas”,¹⁴⁹ une e retém certas coleções de idéias enquanto negligencia outras. Elas são, por isso mesmo, os seus próprios arquétipos.

Entretanto, embora sendo arbitrárias no sentido indicado, as idéias dos modos mistos nem por isso são feitas “ao acaso e unificadas sem nenhuma razão”.¹⁵⁰ São feitas segundo fins pragmáticos e comunicacionais.¹⁵¹ É de fato por motivos pragmáticos, sociais ou legais que construímos, por exemplo, a idéia de parricida, juntando a idéia de matar à idéia de pai, mas já não construímos nenhuma idéia distinta para o ato de matar um ancião; usamos antes, como para o assassinio de um jovem ou de um vizinho, a idéia de homicida. Os nomes dos modos mistos “terminam na idéia que se encontra na mente, e não impelem os pensamentos mais além”.¹⁵² Apenas na mente, em resumo, é que se tecem os trâmites da sua validade ou justeza.

¹⁴⁸ Cf. *Ensaio*, III, V, 14.

¹⁴⁹ Cf. *Ensaio*, III, V, 2 e 3.

¹⁵⁰ *Ensaio*, III, V, 7.

¹⁵¹ Cf. *Ensaio*, III, V, 3 e 7.

¹⁵² *Ensaio*, III, IV, 2.

Por isto mesmo, porque são arbitrárias, é que Locke afirma que as idéias dos modos mistos são essências nominais que coincidem com as essências reais.¹⁵³ As idéias dos modos mistos variam extremamente no espaço subjetivo e intersubjetivo da comunicação lingüística.¹⁵⁴ Porque não visam representar arquétipos exteriores e além disso são muito acentuadamente compostas ou complexas, nelas é que mais se faz sentir a influência diversificante de costumes, hábitos e formas de vida, nos vários países e até no interior do mesmo espaço comunitário. Os nomes dos modos mistos, e muito em especial as palavras morais, dificilmente tem em dois homens diferentes a mesma exata significação. O tecido lingüístico e comunicacional que em princípio suporta a subsistência das respectivas essências nominais, e de uma forma muito mais marcante e constituinte que no caso das substâncias corpóreas, é, portanto um tecido fortemente relativista. E por tudo isto se compreende o cuidado com que Locke enuncia a sua tese: os nomes dos modos mistos significam sempre as essências reais das suas espécies, “quando tem uma significação determinada”.¹⁵⁵ Os homens devem subordinar-se ao uso comum das palavras no espaço do seu país, e cada um deve defini-las exatamente quando surjam disparidades.¹⁵⁶ Por outro lado, para que as idéias das palavras morais sejam passíveis de conhecimento certo e demonstrativo, o que se deve fazer, a par da sua exata definição, é separar as idéias dos próprios signos e considerar apenas as relações entre elas.¹⁵⁷ Feito isso, admite Locke, os discursos sobre a moralidade, porque não se referem a seres exteriores no plano das idéias, podem até ser muito mais claros que os da filosofia natural.¹⁵⁸

¹⁵³ Cf. *Ensaio*, III, V, 14.

¹⁵⁴ Cf. *Ensaio* III, IX, 20.

¹⁵⁵ *Ensaio*, III, IV, 14.

¹⁵⁶ Cf. *Ensaio*, IV, III, 20.

¹⁵⁷ Cf. *Ensaio*, IV, IV, 9 e 10.

¹⁵⁸ Cf. *Ensaio*, III, XI, 17.

3. Proposições universais (certeza da verdade e certeza do conhecimento)

Como notamos anteriormente (p. 38), onde apresentamos a tese lockeana de que “palavras significam idéias”, Locke restringiu sua aplicação aos “nomes”, ou seja, aos substantivos e aos adjetivos. Aqui também devemos notar que as proposições lockeanas se referem ao tipo sujeito-predicado em frases enunciativas. A busca pela verdade sempre esteve entre as preocupações principais de Locke e de toda humanidade, e, segundo ele, “não pode deixar de ser digno do nosso cuidado examinar em que ela consiste e assim familiarizarmo-nos com a sua natureza e observar como o espírito a distingue da falsidade”.¹⁵⁹

Para Locke, o nosso conhecimento consiste totalmente em proposições. A verdade propriamente pertence apenas às proposições e não é outra coisa senão a união ou a separação de sinais, conforme as coisas significadas por elas concordem ou discordem entre si. A verdade radica exclusivamente nas proposições. O fundamento desta verdade está na relação que existe entre nossas idéias. O conhecimento da verdade consiste em que a percepção da relação entre nossas idéias seja como a proposição a expressa. Se não se fizer nenhuma proposição, não haveria verdade nem falsidade; ainda que seguissem existindo as mesmas relações entre as mesmas idéias, que é o fundamento da

¹⁵⁹ *Ensaio*, IV, V, 1.

imutabilidade da verdade nas mesmas proposições, sempre que se formulem. É na proposição, isto é, na afirmação ou na negação de uma conjunção de idéias que residem a verdade e a falsidade.

A proposição é um complexo de signos. Há, para Locke, dois tipos de proposições, a saber, mental (proposição de idéias) e verbal (proposição de palavras), como há dois tipos de sinais comumente usados, isto é, idéias e palavras. Locke encontra aqui duas dificuldades: somos quase sempre obrigados a passar por proposições em palavras e, de qualquer forma, consistam elas em palavras ou em idéias, surge sempre a questão da concordância de nossas proposições com as coisas; o que ele chama de a “questão da realidade de nosso conhecimento”.

A proposição mental “nada mais é do que uma simples consideração das idéias tal como se encontram em nossas mentes, despidas de nomes”.¹⁶⁰ As proposições mentais são produzidas em nossos entendimentos sem o uso de palavras: as idéias que são os componentes de proposições mentais são reunidas ou separadas, pela mente que percebe ou julga a respeito de seu acordo ou desacordo.¹⁶¹ A respeito das proposições mentais, Locke observa a dificuldade que temos em construí-las, uma vez que comumente pensamos com palavras ao invés de idéias, que são a base para que se construa as proposições mentais. É difícil trabalhar somente com proposições mentais, uma vez que usamos palavras para falar ou pensar sobre elas. É difícil não colocar palavras em nossas idéias. Locke nos dá alguns poucos exemplos de proposições mentais (o que já as tornam inválidas enquanto representantes), e se apressa por não descartar a possibilidade de sua ocorrência, uma vez que negá-las implicaria em rejeitar algumas de

¹⁶⁰ *Ensaio*, IV, V, 3.

¹⁶¹ *Cf. Ensaio*, IV, V, 5.

suas concepções, até mesmo a sua teoria das idéias complexas. Segundo Locke, podemos formar algumas proposições de contraste sem que entrem palavras em sua formação. Porém, ao exemplificá-las já perderiam seu status de proposições mentais.

Sempre que percebemos a concordância ou discordância de idéias, ou menos quando supomos que há acordo ou desacordo, a mente “organiza-se tácita e espontaneamente num tipo de proposição afirmativa ou negativa”.¹⁶² Na proposição mental as idéias em nossos entendimentos se encontram desprovidas do uso de palavras, reunidas, ou separadas, pela mente que percebe ou julga a respeito de seu acordo ou desacordo. As proposições verbais são compostas de palavras, que são reunidas ou separadas em sentenças afirmativas ou negativas. Para se ter uma noção clara da verdade, é necessário considerar a verdade do pensamento e a verdade das palavras, distintamente uma da outra. As proposições contêm verdades reais quando os sinais de que se compõem estão unidos segundo convém às nossas idéias e quando estas são tais que nós as sabemos capazes de existir na natureza.

Locke está particularmente preocupado com as proposições gerais, pois são estas em que usamos mais os nossos pensamentos e que exercitam mais a nossa reflexão. As verdades gerais são também aquelas que mais alargam o conhecimento, e que, pela sua compreensão, instruindo-nos imediatamente acerca de muitas coisas particulares, ampliam a nossa visão e encurtam o nosso caminho até o conhecimento.¹⁶³ “Como todo o conhecimento que temos é somente de verdades particulares ou gerais, é evidente que, faça-se o que se fizer nas verdades particulares, as verdades gerais, que são

¹⁶² *Ensaio*, IV, V, 6.

¹⁶³ *Cf. Ensaio*, IV, V, 10.

naturalmente mais procuradas, nunca poderão ser bem conhecidas e muito raras vezes serão apreendidas, a não ser que sejam concebidas e expressas em palavras.”¹⁶⁴

A questão que se impõe neste caso, é como podemos ter a certeza de uma proposição geral? Para Locke, isto não é difícil de se conseguir no caso de todas as idéias simples e nos modos. Como nas idéias simples e nos modos, a essência real coincidindo com a essência nominal, os limites precisos e a extensão das espécies que significam os termos de que ela se compõe são facilmente conhecidos. Assim, proposições da forma, “o azul não é vermelho”, “um triângulo tem três lados”, são exemplos de proposições em que podemos reconhecer claramente as suas certezas. No primeiro exemplo, por intuição percebemos que “o azul é o azul” e que “o vermelho é o vermelho”, logo “o azul não é o vermelho” é uma proposição intuitivamente certa. Dispensa-se inclusive a formação de qualquer tipo de silogismo para termos a certeza deste tipo de proposição. Esta idéia tem uma conformidade exata com a idéia que este termo significa, e nenhuma outra. O mesmo se dá com todas as proposições envolvendo idéias simples. No segundo exemplo, deve supor-se, segundo Locke, que antes que um homem forme uma proposição, entenda os termos que usa nela. Assim, ao se formar uma proposição que afirma algo sobre um triângulo, é imperativo que se saiba que esta é uma figura que contém três lados, ou então, a palavra triângulo foi usada apenas como um som incompreensível. Sendo a palavra triângulo o seu próprio arquétipo, é certo que se conheço o seu significado, conheço também a sua extensão. Assim é para todas as proposições que envolvem idéias de modos.

Mas nas substâncias a extensão do termo geral é muito incerta. Porque nas substâncias supõe-se que uma essência real, distinta da nominal, constitui, determina e limita as

¹⁶⁴ *Ensaio*, IV, VI, 2.

espécies. “...não conhecendo esta essência real, não podemos saber o que é ou o que não é dessa espécie e conseqüentemente, o que dela pode ou não ser afirmado com certeza.”¹⁶⁵ Assim, por exemplo, proposições como “todo ouro é amarelo”, ou, “todo homem é mortal”, não conhecendo nós a essência real de ouro ou de homem, ou seja, não conhecendo os limites precisos das espécies “ouro” ou “homem”, não podemos ter a certeza da verdade de qualquer afirmação ou negação formulada sobre estas substâncias. A substância é o substrato das qualidades, mas a idéia desse substrato é uma idéia confusa. A idéia complexa do ouro e do homem está dada por um conjunto de idéias ao qual se junta a idéia de que essas idéias provêm de qualidades que coexistem de um certo modo na substância. A substância é incognoscível, embora essencial à nossa apreensão das coisas e à nossa consideração do conjunto de qualidades como estando reunidas em um sujeito.

Locke certamente estabelece uma distinção entre as propriedades fundamentais e intrínsecas de uma coisa, entre sua essência real ou sua constituição, e as propriedades fenomênicas e observáveis mediante as quais a identificamos como ouro, homem ou como qualquer outra coisa; sua essência nominal.

Mas quando se considera a essência nominal como o limite de cada espécie e quando os homens não estendem a aplicação de qualquer termo geral para lá das coisas particulares nas quais a idéia complexa que este termo significa é encontrada, então não correm o perigo de se enganar nos limites de cada espécie, nem podem duvidar, no que a isto respeita, se uma proposição é verdadeira ou não.¹⁶⁶

Contudo, embora possa ser em geral verdadeiro que classificamos coisas em tipos por suas propriedades observáveis, fazemo-lo sob a suposição de que essas propriedades são manifestações de uma natureza subjacente que é o que realmente determina a participação no tipo em questão.

¹⁶⁵ *Ensaio*, IV, VI, 4.

¹⁶⁶ *Ensaio*, IV, VI, 4.

Para concluir, as proposições gerais de qualquer espécie que sejam só são capazes de certeza quando os termos usados nela significam idéias, cujo acordo ou desacordo, tal como é aí expresso, possa ser descoberto por nós. E quando vemos que as idéias que estes termos significam concordam ou não concordam, conforme são afirmados ou negados um do outro, é então que estamos certos da verdade ou da falsidade destas proposições. (...) É a contemplação das nossas próprias idéias abstratas que somente nos pode fornecer o conhecimento geral.¹⁶⁷

¹⁶⁷ *Ensaio*, IV, VI, 16.

4. A natureza e os limites do conhecimento

Locke ao analisar o conhecimento, revela seus fundamentos e sua constituição ao mesmo tempo em que delineaia seus limites. “A mente em todos os seus pensamentos e raciocínios não tem outros objetos imediatos exceto suas próprias idéias, daí, torna-se evidente que nosso conhecimento se relaciona apenas a elas.”¹⁶⁸ São as idéias que fixam os limites do conhecimento e, para além delas, o conhecimento não pode ser adquirido. A definição que Locke nos dá sobre o conhecimento, é que ele nada mais é que “a percepção da conexão e acordo, ou desacordo e rejeição, de quaisquer de nossas idéias”.¹⁶⁹ Onde se manifesta esta percepção há conhecimento, e onde ela não se manifesta, embora possamos imaginar, adivinhar ou acreditar, nos encontramos distantes do conhecimento. Como o conhecimento se funda na percepção das idéias e em seu eventual acordo ou desacordo, os limites e a realidade do conhecimento estão dados pela consideração das idéias. Apenas ter idéias não é suficiente para o conhecimento. São as relações de e entre idéias, quando estamos cientes dessas relações, que constituem o nosso conhecimento.

Nosso conhecimento, consistindo na percepção do acordo ou desacordo de duas idéias quaisquer, sua clareza ou obscuridade consiste na clareza ou obscuridade desta percepção, e não na clareza ou obscuridade das próprias idéias, ou seja, quem não tiver idéias determinadas às palavras que usa não pode formar proposições delas, de cuja verdade possa ter segurança.

¹⁶⁸ *Ensaio*, IV, I, 1.

¹⁶⁹ *Ensaio*, IV, I, 2.

O conhecimento, que é o nível mais alto das faculdades especulativas, consiste na percepção da verdade das proposições afirmativas ou negativas. Esta percepção é imediata ou mediata. A percepção imediata do acordo ou desacordo entre duas idéias se produz quando, comparando-as em nossa mente, vemos, (ou por assim dizer) contemplamos seu acordo ou desacordo. Por isso, este conhecimento se chama intuitivo. Desta maneira vemos que o vermelho não é verde, que o todo é maior que as partes e que dois e dois são quatro. A verdade destas proposições e de outras como elas as conhecemos somente pela intuição simples das idéias em si mesmas, sem nada mais. A intuição é também o modo como conhecemos a nossa própria existência, que cada idéia que temos é o que é, e constitui o meio para conhecer todas as proposições claramente evidentes. Tais proposições se chamam auto-evidentes. O conhecimento intuitivo é certo; a mente não tem dúvidas sobre as verdades.¹⁷⁰

Conhecer é ver. Locke compara a mente ao olho. Um olho em perfeito funcionamento “perceberá logo no primeiro relance, sem hesitação, que as palavras impressas nesta folha de papel são diferentes da cor do papel”.¹⁷¹ Do mesmo modo, a mente perceberá a concordância ou discordância daquelas idéias que produzem o conhecimento intuitivo. Nenhum raciocínio é requerido para tal percepção consciente e imediata.

Há percepção mediata do acordo ou desacordo entre duas idéias quando este necessita da intervenção de outras idéias distintas para ser captado. É o que se chama demonstração ou conhecimento racional. Por exemplo, a desigualdade da largura de duas janelas, dois rios ou outros dois corpos que não se podem por juntos, pode

¹⁷⁰ Cf. *Ensaio*, IV, II, 1.

¹⁷¹ *Ensaio*, IV, II, 5.

conhecer-se recorrendo a aplicação da mesma medida a ambos. Isto ocorre com nossas idéias gerais, cujo acordo ou desacordo pode mostrar-se ao menos fazendo intervir algumas outras idéias. Assim, se produz o conhecimento demonstrativo, em que as idéias em questão não podem pôr-se juntas para compará-las de maneira imediata e que se produza um conhecimento intuitivo. Pelo conhecimento demonstrativo chegaríamos à certeza, embora não com tanta evidência e clareza como na intuição.¹⁷²

A intuição e a demonstração são os graus de nosso conhecimento. Entretanto, Locke admite que, há certamente, “outra percepção da mente, empregada acerca da existência particular de seres finitos exteriores a nós, que, indo além da simples probabilidade, e ainda não alcançando perfeitamente nenhum dos graus anteriores de certeza, assume o nome de conhecimento”.¹⁷³ Este conhecimento, chamado de sensitivo, é importante para Locke na medida em que nos habilita a descobrir verdades sobre o mundo, verdades derivadas da experiência e observação. Embora possam persistir dúvidas, alcançamos pelo menos o mesmo grau de certeza que o da nossa felicidade ou miséria ao lidar com tais objetos, como, por exemplo, temos certeza da existência do fogo que nos queima dolorosamente: isto é suficiente para a nossa prática, e mais do que mera probabilidade.¹⁷⁴

Tal conhecimento tem limitações, não pode estender-se à natureza do corpo, está restrito a coexistências e uniformidades observadas. O conhecimento sensitivo é mais do que adequado para a ciência experimental. A ciência pode ser desenvolvida e aperfeiçoada, nosso conhecimento da natureza ampliado e refinado, se aprendermos a fazer observações mais cuidadosas e detalhadas, e a eliminar alguns dos obstáculos que

¹⁷² Cf. *Ensaio*, IV, II, 2.

¹⁷³ *Ensaio*, IV, II, 14.

¹⁷⁴ Cf. *Ensaio*, IV, II, 7.

contaminaram obras anteriores, como confiar em princípios e máximas, usar palavras sem significado precisos, aceitar sistemas duvidosos como se fossem científicos, procurar certezas onde apenas probabilidades são possíveis.

Para Locke, então, o conhecimento se distingue nestes três graus: o conhecimento intuitivo, o conhecimento demonstrativo e o conhecimento sensível. O conhecimento intuitivo é a fonte da certeza, maior certeza do que a derivada do conhecimento demonstrativo e do conhecimento sensitivo; é o mais forte grau de conhecimento.¹⁷⁵

O resultado inesperado dessas considerações é que nos encontramos finalmente com três graus de conhecimento, quando não deveria existir graduação nenhuma (o conhecimento é certo ou não), e Locke inicialmente anunciara dois (intuição e demonstração): é preciso distinguir agora conhecimento intuitivo, conhecimento demonstrativo e sensitivo. É o efeito da passagem do exame da forma do conhecimento para a forma do critério psicológico da certeza.¹⁷⁶

Segundo Locke, o conhecimento pode também ser reduzido a quatro tipos.¹⁷⁷ Estes quatro tipos de acordo ou desacordo contêm todo o conhecimento que possuímos:

1. Identidade ou diversidade;
2. Relação;
3. Coexistência ou conexão necessária;
4. Existência real.

Identidade é o primeiro e principal ato da mente, quando ela tem quaisquer sentimentos ou idéias, para perceber suas idéias; e, na medida em que as percebe, sabe o que cada uma é, e por este meio percebe também suas diferenças, e que uma não é outra. A percepção da identidade ou diversidade das idéias é absolutamente indispensável para o pensamento em geral, pois sem a identificação e a distinção de uma idéia das demais

¹⁷⁵ Cf. *Ensaio*, IV, II, 1.

¹⁷⁶ Michaud, Ives, *Locke*, 1991, p. 121.

¹⁷⁷ *Ensaio*, IV, I, 3.

não possuiríamos idéia alguma. O primeiro exercício desta faculdade compreende as idéias particulares. É sobre as palavras, e não sobre as próprias idéias, que a identidade e a diversidade serão sempre percebidas tão pronta e claramente como as próprias idéias o são. Por exemplo, “azul não é amarelo” é identidade.¹⁷⁸

A relação é um tipo de acordo ou desacordo que a mente percebe em quaisquer de suas idéias, e nada é exceto a percepção da relação entre duas idéias quaisquer, de qualquer tipo que sejam, sejam substâncias, modos, sejam outras quaisquer. Sendo as idéias distintas universalmente passíveis de negação umas das outras, se não pudéssemos relacioná-las ou compará-las de alguma forma, seria impossível qualquer conhecimento positivo. Por exemplo, “dois triângulos sobre bases iguais entre duas paralelas são iguais” é relação.¹⁷⁹

Coexistência pertence particularmente às substâncias, à qual a percepção da mente é concernente, constitui a coexistência ou não-coexistência no mesmo objeto. Por exemplo, “ferro é suscetível de impressões magnéticas” é coexistência.¹⁸⁰ Finalmente, a percepção da existência real consiste na existência real atual concordando com qualquer idéia. Por exemplo, “Deus é” é existência real.¹⁸¹ Quanto à extensão do conhecimento, Locke observa: primeiro, para além das idéias, não pode haver conhecimento. Segundo, não é possível o conhecimento para além da percepção da concordância ou discordância de idéias. Terceiro, o conhecimento intuitivo não se estende a todas as idéias, pois é impossível perceber toda a concordância ou discordância com imediata evidência. Quarto, o conhecimento demonstrativo ou racional não alcança toda a extensão das

¹⁷⁸ Cf. *Ensaio*, IV, I, 4.

¹⁷⁹ Cf. *Ensaio*, IV, I, 5.

¹⁸⁰ Cf. *Ensaio*, IV, I, 6.

¹⁸¹ Cf. *Ensaio*, IV, I, 7.

idéias, porque nem sempre encontramos entre duas idéias encadeamentos de provas intuitivamente certos. Quinto, o conhecimento sensitivo só alcança a existência de coisas particulares presentes aos sentidos ou retidos na memória. Sexto, se o conhecimento não se estende a todas as coisas reais, sequer dá conta de toda a extensão das idéias.¹⁸²

Segundo a forma de conveniência ou discordância das idéias, varia a extensão do conhecimento. Em se tratando de identidade ou diversidade, abarca todas as idéias.¹⁸³

No que tange à coexistência, embora dele dependa particularmente o saber das substâncias, o conhecimento estende-se muito pouco; pois entre as idéias simples combinadas em uma substância, especialmente as de qualidades secundárias, não percebemos qualquer conexão necessária. A razão disto é, conjetura Locke, a impossibilidade de conhecer as qualidades primárias, como tamanho, figura e movimento, dos átomos supostamente constituintes das coisas reais, que produziram em nós as idéias de tais qualidades secundárias.¹⁸⁴

Quando a forma é a de relação entre idéias abstratas, o conhecimento não-tautológico atinge a sua máxima extensão. Nesse campo, as potencialidades seriam muito grandes, pois tudo depende de descobrir idéias intermediárias, ou provas, capazes de levar à demonstração da concordância ou discordância de idéias de modos mistos ou relações. Convém destacar que não só as matemáticas preenchem esse terreno; também a moralidade, segundo Locke, figura entre as ciências capazes de demonstração,

¹⁸² Cf. *Ensaio*, IV, III, 1 a 6.

¹⁸³ Cf. *Ensaio*, IV, III, 8.

¹⁸⁴ Cf. *Ensaio*, IV, III, 9.

porquanto na sua maior parte discorre sobre relações entre idéias abstratas de modos mistos e relações.¹⁸⁵

Por último, considerando a concordância de idéias à existência real de coisas, possuímos um conhecimento intuitivo de nossa própria existência; um conhecimento demonstrativo da existência de Deus, e um conhecimento apenas sensitivo de todo o resto.¹⁸⁶ Segundo Locke, a extensão do conhecimento pode ainda ser examinada no que respeita à sua universalidade. Conhecimento real é a percepção da concordância ou discordância de idéias adequadas a seus arquétipos, ou seja, conquanto haja uma conformidade entre as nossas idéias e a realidade das coisas. Caso percebida como necessária a concordância ou discordância, independentemente das circunstâncias de existência das idéias (como tempo e lugar), então o conhecimento é universal.¹⁸⁷

Quando o conhecimento diz respeito a idéias simples, ele é real.¹⁸⁸ Quando idéias abstratas de modos ou relações forem o material do conhecimento, este será universal, perpetuamente real. Tudo o que conhecermos dessas idéias será verdadeiro se afirmado das coisas particulares por elas manifestadas. Mas, existam ou não, essas coisas, tal conhecimento não deixará de ser eternamente real.¹⁸⁹ Já no tocante às substâncias, o conhecimento universal é muito reduzido. Pois o arquétipo velado – a suposta essência real – dificulta ao extremo a construção de essências nominais seguramente adequadas, onde as idéias componentes mantenham entre si conexão necessária; ora, à falta desta não pode haver aqui conhecimento universal.¹⁹⁰

¹⁸⁵ Cf. *Ensaio*, IV, III, 18.

¹⁸⁶ Cf. *Ensaio*, IV, III, 21.

¹⁸⁷ Cf. *Ensaio*, IV, III, 31.

¹⁸⁸ Cf. *Ensaio*, IV, IV, 4.

¹⁸⁹ Cf. *Ensaio*, IV, IV, 8 e 9.

¹⁹⁰ Cf. *Ensaio*, IV, IV, 11.

Em suma, apenas a contemplação de nossas idéias abstratas é capaz de oferecer-nos um conhecimento universal. Sempre que o procuramos em experimentos ou observações externas só obteremos juízos de probabilidades, opiniões frequentemente úteis, mas carentes da certeza exigida pelo conhecimento.¹⁹¹ Dada a estreiteza e exigüidade do conhecimento, estaríamos desamparados se a conduta racional, vocação humana, estivesse calcada apenas nele. Felizmente, fomos dotados de uma outra faculdade, o juízo, por cuja operação não possuímos certezas, mas sim probabilidades, valiosas para a prática. O juízo consiste em pensar que concordam ou discordam duas idéias, pelo recurso a idéias intermediárias, ou provas, cuja concordância ou discordância com aquelas não é percebida como certa e evidente, mas apenas como freqüente e usual.¹⁹²

À demonstração no conhecimento corresponde a probabilidade no juízo, que é a aparência de concordância ou discordância de idéias, obtida com a intervenção de provas, e persuasiva de ser verdadeira.¹⁹³ Denomina-se crença, assentimento ou opinião, o acolhimento, em diversos graus, dado pela mente à probabilidade. São dois os seus fundamentos: o primeiro, nossa própria observação e experiência; o segundo, o testemunho credenciado de outrem, sua observação e experiência fidedignas. Uma probabilidade confiável resulta do exame de todos os seus fundamentos, com o balanceamento dos argumentos pró ou contra a proposição em causa.

As proposições acolhidas em função de sua probabilidade podem ser de dois tipos: ou concernem a matérias de fato, existências particulares, observáveis e passíveis de testemunho; ou concernem a coisas além do alcance dos sentidos, de testemunho humano impossível. As do primeiro tipo podem atingir o grau máximo de

¹⁹¹ Cf. *Ensaio*, IV, IV, 13.

¹⁹² Cf. *Ensaio*, IV, XIV, 3.

¹⁹³ Cf. *Ensaio*, IV, XV, 1.

probabilidade, quando, sobre determinada matéria de fato, a experiência infalível e constante de um indivíduo coincide com o consentimento geral de todos os homens em todas as épocas. Graus menores são obtidos dependendo dos resultados mais ou menos constantes da experiência própria e da credibilidade mais ou menos forte dos testemunhos, ou mesmo de discrepâncias entre a experiência própria e os testemunhos de outrem.

Dentre as do segundo tipo, destacam-se as referentes à existência, fora de nós, de seres imateriais finitos, e as concernentes às causas e maneiras de operação na maior parte das obras da natureza. Não contando com o recurso à experiência própria ou alheia, o assentimento é conferido unicamente por analogia, estimando-se a proporção entre a proposição em causa e o conhecimento, ou juízo fundado na experiência, disponíveis. Haveria, contudo, fatos extraordinários, que, embora contrariando a experiência comum, e o curso normal da natureza, não impedem um forte assentimento ao seu testemunho. Quando tais eventos sobrenaturais são convenientes aos propósitos do Autor do Universo, capaz de, para seus fins, alterar a regularidade manifesta das coisas, então, se bem-testemunhados, merecem vigoroso assentimento, coextensível a verdades dependentes dessa confirmação. Tal é o caso dos milagres, que são o testemunho do próprio Deus, tão indubitável quanto a mais clara evidência. Esse testemunho chama-se revelação, e o assentimento dado a ele, fé. Cuidaríamos apenas de assegurar-nos de ser efetivamente uma revelação divina, e corretamente compreendida.¹⁹⁴

Segundo Locke, razão e fé não se opõem, mas a fé consiste num firme assentimento, fundado no crédito do testemunho, a proposições como vindas de Deus, por algum canal extraordinário de comunicação. Tais proposições podem enunciar verdades que

¹⁹⁴ Cf. *Ensaio*, IV, XVI, 14.

transcendam a capacidade de compreensão da razão, como faculdade de raciocinar e julgar com base na experiência.¹⁹⁵ Entretanto, a fé deve ser regulada pela razão: o assentimento não deve ser fruto do entusiasmo, da presunção irrazoável de uma comunicação direta e privilegiada com Deus, mas resultado do exame racional da fidedignidade do testemunho. A revelação tradicional se distingue da original: esta é a primeira impressão feita imediatamente por Deus na mente de um homem, tudo sendo possível; aquela é a comunicação de tal impressão, por palavras ou outros meios, a outros homens. Pela revelação tradicional podemos aceder a verdades passíveis de conhecimento racional, mas sem atingir a certeza deste. Pois não podemos ter conhecimento de que a revelação, contida nas escrituras, veio originalmente de Deus, com tanta certeza quanto nos é evidente a percepção de uma verdade da geometria.¹⁹⁶

Note-se que mesmo a Revelação original não pode contrariar a clara evidência da razão no conhecimento. Se o criador não nos concedeu faculdades em vão, é inaceitável que uma pretensa revelação original contradiga a clara certeza do conhecimento.¹⁹⁷ Além do mais, cabe à razão julgar se a revelação é de Deus ou não; se confirmada a autoridade divina, o conteúdo revelado merece fé acima de qualquer dúvida. As matérias acima do alcance da razão, quando reveladas, constituem a esfera própria da fé, embora esta não possa contradizer a razão. No tocante às matérias não passíveis de conhecimento, mas sim de juízos de probabilidade com diversos graus de assentimento, a revelação autêntica deve ser acolhida, mesmo quando contraria tais juízos.¹⁹⁸ Não há, portanto, oposição entre razão e fé, pois compete sempre à razão pronunciar-se sobre um ponto decisivo: a autenticidade da revelação e a sua não-contrariedade ao conhecimento. Isso

¹⁹⁵ Cf. *Ensaio*, IV, XVIII, 2.

¹⁹⁶ Cf. *Ensaio*, IV, XVIII, 4.

¹⁹⁷ Cf. *Ensaio*, IV, XVIII, 5.

¹⁹⁸ Cf. *Ensaio*, IV, XVIII, 8.

requer o empenho de nossas faculdades por conquistar a esfera do conhecimento e repudiar as leviandades do entusiasmo.¹⁹⁹

Considerações Finais

¹⁹⁹ Cf. *Ensaio*, IV, XIX. 7.

A importância passada e presente do projeto lockeano não pode ser subestimada. Locke coloca problemas precisos, cuja resolução, quando às vezes foi alcançada, muito se deve à formulação que ele lhes deu. Não se dirá propriamente que Locke, em termos históricos, tenha sido o responsável por estes desenvolvimentos posteriores, mas abriu sem dúvida o espaço teórico que os impeliu ou tornou possíveis. A maneira como Locke se ocupou dos problemas filosóficos, imprimiu um novo ímpeto a essas controvérsias, e grande parte da discussão posterior toma suas opiniões como ponto de partida. O eco destas controvérsias faz-se sentir até nossos dias. Locke fixou a agenda para a filosofia britânica do séc. XVII e para os empiristas futuros. Os conceitos do *Ensaio* constituíram a linguagem e a referência obrigatória de todo empreendimento filosófico. Mas Locke tinha pretensões mais modestas e diz que “consiste em suficiente ambição ser empregado como um trabalhador inferior, que limpa um pouco o terreno e remove parte do entulho que está no caminho do conhecimento”²⁰⁰. A importância do filósofo também reside no fato de que ele desenvolve uma argumentação que, apesar de historicamente determinada, abre fecundas perspectivas ao pensamento. “A filosofia seria sempre quis ser, na frase de Locke, no mínimo um *auxiliar* para o melhor pensamento especulativo e criativo de seu tempo.”²⁰¹

Locke insiste demasiado no exame crítico da certeza do conhecimento e o *Ensaio* se esforça para responder a pergunta: “que podem os homens conhecer?”. Esta questão configura o problema epistemológico. Locke concede preferência à reflexão epistemológica sobre qualquer outra área de indagação filosófica, pois aquela fundamenta as demais. Locke compreende que uma tal reflexão deve harmonizar-se

²⁰⁰ *Ensaio*, carta ao leitor, p. 10.

²⁰¹ Hacking, Ian, *Por que a linguagem interessa a filosofia?*, p162.

com uma nova teoria do conhecimento. A epistemologia lockeana tenta entender a natureza do conhecimento, que, supõe-se, deve ser em última instância derivada dos sentidos. Locke baseia sua epistemologia no estudo das idéias. Sua tese geral sobre as origens das idéias é que estas nascem na mente em consequência da experiência e da observação – observação dos objetos externos e experiência das operações da mente.

Para Locke, a certeza vem pela experiência e esta apóia-se em fatos e na história. Por isso, para ele, todo conhecimento é limitado. O *Ensaio* valoriza nossas capacidades cognitivas, interroga seus limites e determina a extensão possível de nossos conhecimentos. Na origem do conhecimento está o indivíduo, e Locke mostra quais são os limites de cada um.

Locke é partidário da ontologia dos particulares, ou seja, tudo o que existe não passa de particulares. Nossas experiências são sempre de circunstâncias particulares e de seqüências particulares das mesmas. O problema é que existem demasiados fatos particulares, demasiados dados no mundo, para que seja possível alguém registrá-los todos. Daí a importância da generalidade, onde os particulares podem ser tratados sob a rubrica de classes e gêneros. É a partir da generalização que se pode chegar a proposições gerais ou universais, partindo de fatos particulares da experiência.

A linguagem, que é de grande importância hoje em dia, não é abordada por Locke dentro de nossa perspectiva contemporânea, senão, a partir de sua importância e necessidade do *Ensaio*. “Para entender plenamente o conhecimento, parece dizer Locke, é preciso ter depurado a linguagem ou compreendido as razões de sua má utilização”.²⁰²

²⁰² Tadié, Aléxis, *Locke*, 2004, p. 24.

É evidente, que a análise da linguagem lockeana não tem a sofisticação e a profundidade de um filósofo analítico do séc. XX, mas isto não invalida seus argumentos. É verdade que Locke não refletiu o suficiente sobre os problemas lingüísticos por não ter, talvez, percebido sua extensão. Mas ele se mostrou consciente de sua importância e da necessidade da análise profunda, ainda que não que tenha levado a cabo. Para os propósitos do *Ensaio*, parecia-lhe inclusive que ele tinha se estendido demasiado no assunto. Pese a sua análise deficiente, ainda que tenha tocado apenas na superfície dos problemas lingüísticos, suas notas já se mostram suficientes para que lhe atribuamos ao menos uma “propedêutica à teoria da significação”. Ao postular que “o uso é o direito, a regra e a significação” da linguagem, Locke poderia ter ido tão longe como um filósofo da linguagem contemporâneo, se houvesse desenvolvido seu argumento com a profundidade exigida, mas a sua indicação já é digna de nosso reconhecimento.

A filosofia contemporânea da linguagem aborda os problemas levantados por Locke de forma direta, e contesta algumas de suas hipóteses ou conclusões. A primeira e mais séria objeção, nos parece, é a interpretação da chamada tese lingüística lockeana que afirma que “palavras significam idéias”. Esta tese é hoje chamada de concepção mentalista do significado. Uma tal concepção mentalista, segundo as análises contemporâneas, pode ser reconhecida em teorias que se propõe a explicar conceito de significado invocando fenômenos ou processos mentais, isto é, fenômenos ou processos que, de um lado, passam-se “na cabeça” ou “no espírito” e, do outro, acompanham subterraneamente a utilização da linguagem. De fato, Locke afirma que qualquer processo de vincular significados de palavras terá de repousar, em última análise, numa evidência sensorial. E tomar a evidência como sendo a experiência imediata é manter-se

em uma tradição mentalista em que o que é dado à consciência é relevante para a construção de uma semântica como para qualquer teoria acerca do mundo.

Mas procuramos mostrar que Locke não buscava uma explicação para o fenômeno da linguagem, mas uma compreensão do uso cotidiano dos termos. Neste ponto, Locke argumenta que o uso é o árbitro, o direito e a regra da linguagem. Para ele, o uso corrente é suficiente para a comunicação e transmissão de conhecimento entre os homens. É o uso que ancora a significação.

Identificamos assim, que a estrutura que Locke elaborou dependia destes dois níveis da linguagem; e que estes níveis embora sendo parte de um mesmo edifício, podiam viver separadamente.

Uma das questões fundamentais que Locke pretende resolver é como as idéias, que por definição são “o objeto do entendimento quando um homem pensa”²⁰³, podem ser comunicados de uma mente a outra. A forma como isto se resolve, segundo Locke, é por meio das palavras, que, segundo a definição que ele nos oferece, “são os signos externos das idéias”²⁰⁴.

Outra questão importante relativa à linguagem é a distinção entre essências reais e nominais. Não conhecemos todas as qualidades que constituem a essência real das substâncias corporais, nem sequer conhecemos todas as qualidades que poderiam combinar-se na essência nominal dessas substâncias. Nunca chegaremos a esgotar a sua natureza. O nosso conhecimento do mundo objetivo é, pois, incompleto. É seguramente

²⁰³ Cf. *Ensaio*, I, I, 8.

²⁰⁴ Cf. *Ensaio*, II, II, 2.

possível, mas isso não quer dizer que não tenhamos um conhecimento provável das diversas qualidades que percebemos. Não nos é permitido, sobre este ponto, nenhum ceticismo. O que Locke propõe com respeito às essências reais é que, quando finalmente pudermos conhecê-las, o que encontraremos não serão essências, no sentido metafísico, senão a estrutura atômica que compartilham os conjuntos de coisas que denominamos com o mesmo nome.

Em toda sua investigação, Locke mantém a tese da origem empírica das idéias, e baseado nela lança sua crítica a idéias inatas; também, apelando a esta mesma tese, funda sua própria teoria das idéias. Uma vez fundada a sua tese de aquisição do conhecimento e a maneira que se pode comunicar mediante a linguagem, passa a formular sua teoria do conhecimento sobre as bases anteriores.

A definição de conhecimento oferecida por Locke é que “o conhecimento não é senão a percepção da conexão e acordo, ou o desacordo e a repugnância entre qualquer de nossas idéias”.²⁰⁵ Por esta concepção de conhecimento, cujo objeto são as idéias e cuja definição é a percepção do acordo ou desacordo entre elas, um dos temas chave, além da verdade e dos graus e tipos de conhecimento, é o problema da realidade do conhecimento, o qual se tinha como ponto de partida do *Ensaio* ao afirmar que a origem das idéias estão na experiência. Para Locke, o conhecimento é o resultado das operações que a mente realiza com as idéias, tanto da sensação, como da reflexão, estabelecendo acordo ou desacordo entre elas. No seu entender, os sentidos são as faculdades fundamentais, as únicas capazes de proporcionarem conhecimento por direito próprio e, como só os sentidos fornecem conhecimento das coisas (e não da sua natureza ou

²⁰⁵ *Ensaio*, IV, I, 2.

essência), este é limitado. Sabemos que o mundo existe fora de nós, mas não podemos dizer tudo sobre o mundo.

Além de sugerir cautela com respeito ao alcance de nosso conhecimento, Locke também nos adverte sobre uma questão que poderia nos conduzir a labirintos sem fim e sem saída. Trata-se do uso inadequado da linguagem, na qual podemos nos perder e fazermos postular uma quantidade de entidades inexistentes que se encontram, inclusive, além de toda compreensão. Assim, Locke propõe uma maneira de evitar esse perigo: usar as palavras só se as mesmas se encontram ligadas a idéias que nos sejam claras. Desta maneira, podemos comunicar corretamente nossos pensamentos a outrem, e também podemos entender o que nos dizem. Por esta razão, Locke propõe uma mudança em nossa visão dos problemas tradicionais de filosofia, e por isto os circunscreve no âmbito não da ontologia, mas da teoria do conhecimento, a que em seu caso toma o aspecto de sua teoria das idéias. Assim, problemas filosóficos que tradicionalmente se tratavam na metafísica, na física, na ontologia ou na matemática recebem, agora, um novo tratamento segundo a teoria das idéias lockeana.

A partir das duas propostas anteriores – a limitação de nosso entendimento e o novo fundamento dos problemas filosóficos nos termos da teoria das idéias – Locke propõe uma missão peculiar à filosofia: ser serva da ciência. Desta maneira, a filosofia deve encarregar-se de ser crítica das faculdades epistêmicas. Assim, para Locke, a filosofia não há de impor critérios, princípios, teorias, etc., senão, melhor, eliminar dogmas, prejuízos e obscuridades dos conceitos, que são os que impedem o avanço do conhecimento.

Descartes constrói uma metafísica – filosofia primeira – com o intuito de fundamentar a física – filosofia natural. Com fundamento nesta proposta se recusa a tese cartesiana de que a física (ou a filosofia natural, em geral) deve possuir fundamentos metafísicos.

Tendo isto em conta, podemos dar a Locke o crédito de haver reformulado a função da filosofia e convertê-la em uma disciplina cuja missão é a de fazer uma análise e uma crítica das faculdades epistêmicas. “Para Locke, como para Russell, a filosofia é um exame crítico do conhecimento destinado a pôr em ordem as nossas crenças.”²⁰⁶

“Estamos, na emergência, como um piloto que navega no mar: muito lhe interessa saber qual o comprimento da sua sonda, muito embora ela lhe não sirva para medir todas as profundidades do oceano; o que verdadeiramente lhe importa é evitar os baixios, e para isso a sonda serve perfeitamente”.²⁰⁷

Referências Bibliográficas

AARON, R. I. **John Locke**. Oxford: Clarendon Press, 1971.

ALSTON, Willian P. **Filosofia da Linguagem**. Álvaro Cabral (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

²⁰⁶ Michaud, Ives, *Locke*, 1991, p.161.

²⁰⁷ *Ensaio*, introdução, p. 26.

ALEXANDER, Peter. Boyle y Locke: sobre las cualidades primarias y secundarias. In: **Locke y el Entendimiento Humano**. Editado por I. C. Tipton, México: FCE, 1981.

ALLISON, Henry E. Una revisión de la teoría de la identidad personal de Locke. In: **Locke y el Entendimiento Humano**. Editado por I. C. Tipton. México: FCE, 1981.

AYERS, M. R. Las ideas de potência y substancia en la filosofía de Locke, In: **Locke y el Entendimiento Humano**. Editado por I. C. Tipton, México: FCE, 1981.

_____. **Locke**. José Oscar de Almeida Marques. (Trad.). São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

_____. **Locke: Epistemology and Ontology (The arguments of the Philosophers)**. New York: Routledge, 1991.

BERKELEY, George. **Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano**. Antônio Sérgio (Trad.). São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores)

BENNETT, Jonathan. **Locke, Berkeley, Hume: Central Themes**. New York: Oxford University Press, 1971.

CRANSTON, Maurice. **John Locke, A Biography**. New York: The MacMillan Company, 1957.

DESCARTES, René. **Discurso do Método e Meditações**. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior (Trad.). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores)

ECO, Umberto. **O Signo**. Maria F. Marinho (Trd.). Lisboa: Ed. Presença, 1977.

FERRAZ Neto, BENTO Prado de Almeida. **Estrutura e gênese da teoria lockeana da abstração**. Dissertação de Mestrado, USP, 1996.

FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Paulo Alcoforado (Trad.). São Paulo: Cultrix, Ed. da USP, 1978.

GARCÍA Sánchez, Esmeralda. **John Locke**. Madrid: Ediciones Del Orto, 1995.

GIBSON, James. **Locke's Theory of Knowledge and its Historical Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1931, 2 ed.

GONZÁLEZ Gallego. **Agustín, Locke: Empirismo y Experiencia**. Barcelona: Montesinos, 1984.

GOUIRAN, E. **La filosofía de Locke**, Córdoba: Boletín del Instituto de Filosofía, 1935.

GREENLEE, Douglas. La ideia de Locke de la "ideia", In: **Locke y el Entendimiento Humano**. Editado por I. C. Tipton, México: FCE, 1981.

HARRIS, John. Leibniz y Locke: sobre las ideas innatas, In: **Locke y el Entendimiento Humano**. Editado por I. C. Tipton, México: FCE, 1981.

HACKING, Ian. **Por que a linguagem interessa à filosofia?** Maria Elisa Marchini Sayeg (Trad.). São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

HUME, David. **Uma Investigação Sobre o Entendimento Humano.** José Oscar de Almeida Marques (Trad). São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

KRETZMAN, Norman. La tesis principal de la teoría semántica de Locke, In: **Locke y el Entendimiento Humano.** Editado por I. C. Tipton, México: FCE, 1981.

LAUDAN, Laurens. La natureza y las fontes de las ideas de Locke sobre la hipótesis, In: **Locke y el Entendimiento Humano.** Editado por I. C. Tipton, México: FCE, 1981.

LEIBNIZ, Wilhelm Gottfried. **Novos Ensaio Sobre o Entendimento Humano.** Luiz João Baraúna (Trad.). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores)

LEROY, André-Louis. **Locke.** Antônio Manuel Gonçalves e Joaquim Coelho da Rosa (Trad.). São Paulo: Edições 70, 1985.

LOCKART, R. B. **Locke.** Valencia: ICE de la Universidad de Valencia, 1986.

LOCKE, John. **An Essay on the Human Understanding.** Peter H. Nidditch (Ed.). Oxford: Clarendon Press, 1975.

_____. **An Essay on the Human Understanding.** A. S. Pringle-Pattison Ed., Oxford: Clarendon Press, 1924.

_____. **An Essay on the Human Understanding.** Londres: Publicação George Routledge.

_____. **Ensaio Sobre o Entendimento Humano.** Eduardo Abranches de Soveral (Trad.), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, Vol. I e II.

_____. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano.** Anuar Aiex (Trad.), São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores)

_____. **La Conducta del Entendimiento y otros ensayos póstumos.** Angel M. Lorenzo Rodrigues (Trad.). Madrid: Anthropos Editorial del Hombre, 1992.

_____. **Dois Tratados sobre o Governo.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Carta sobre a Tolerância.** João da Silva Gama (Trad.). Lisboa: Edições 70, 2002.

_____. **Obras varias y Correspondencia de (y sobre) John Locke.** José Antônio Robles y Carmen Silva (Trad.). México: UNAM, 1991.

MACKIE, J. L. **Problemas em torno a Locke.** Adriana Sandoval (Trad.). México: Instituto de Investigaciones Filosóficas, UNAM, 1988.

MATTHEWS, H. E. Locke, Malenbranche y la teoria representativa, In: **Locke y el Entendimiento Humano**. Editado por I. C. Tipton, México: FCE, 1981.

MELENDO, T. **Locke: Ensayo sobre el Entendimiento Humano**. Madrid: Magisterio Español, 1978.

MICHAUD, Ives. **Locke**. Lucy Magalhães (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

OTT, Walter R. **Locke's Philosophy of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PARMENTIER, Marc. **Le Vocabulaire de Locke**. Paris: Ed. Ellipses, 2002.

SANTOS, José Henrique. **Do Empirismo à Fenomenologia**. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, Livraria Cruz, 1973.

SORLEY, W. R. **História de la filosofia inglesa**. Buenos Aires: Losada, 1951.

TADIÉ, Alexis. **Locke**. José Oscar de Almeida Marques. (Trad.). São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

TIPTON, I. C. (Org.). **Locke y el Entendimiento Humano**. Jorge Ferreiro Santana (Trad.). México: FCE, 1981.

WALL, Grenville. La crítica de Locke al conocimiento innato In: **Locke y el Entendimiento Humano**. Editado por I. C. Tipton, México: FCE, 1981.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. José Carlos Bruni (Trad.). São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores)

WOZLEY, A. D. Algunas observaciones en torno a la explicación de Locke sobre el conocimiento In: **Locke y el Entendimiento Humano**. Editado por I. C. Tipton, México: FCE, 1981.

YOLTON, John W. **Dicionário Locke**. Álvaro Cabral (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

_____. **John Locke and the way of Ideas**. Oxford: Oxford University Press, 1968.